

Ilha do Corvo, Reserva da Biosfera- que relações se tecem entre os habitantes e a Reserva?

“Versão Corrigida e Melhorada após a sua defesa pública”

Paulo Alexandre de Carvalho Henriques

**Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e
Problemas Sociais Contemporâneos**

Novembro, 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Iva Miranda Pires

“Pedra Negra, areia negra e um mar esverdeado, que de inverno assalta, vagalhão atrás de vagalhão, este grande rochedo a pique, com fragas caídas lá no fundo e que as águas corroem num ruído incessante de tragédia. Céu muito baixo, nuvens esbranquiçadas. Braveza, solidão e negrume.” (Raul Brandão, 1926)

Agradecimentos

À ML, IP, SR, JR, MF, JS, SH, DL, MP, TP, MM, LF, ML, MP, RM, KR, OR, HS, FP, JS, FF,
MR, AC, PD.

Aos Corvinos.

E a quem sinto que também mereça estar aqui.

Ilha do Corvo, Reserva da Biosfera- que relações se tecem entre os habitantes e a Reserva?

Paulo Alexandre de Carvalho Henriques

Resumo

No âmbito da discussão mundial sobre as questões do meio-ambiente os temas da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável têm sido dos mais discutidos e analisados a nível global, em resultado de ambos terem uma forte relação com as questões do desenvolvimento económico.

Integrado nesta questão da promoção e defesa da biodiversidade surgem as Reservas da Biosfera, orientadas e divulgadas pela UNESCO (o órgão das Nações Unidas para a ciência, cultura e educação).

Partindo desta ideia neste meu trabalho procuro fazer uma abordagem à relação que se estabelece entre a população de uma pequena ilha atlântica, a ilha do Corvo, nos Açores, e um território que foi classificado como área protegida, como Reserva da Biosfera.

Um dos objectivos foi também o de definir e delimitar um conjunto de conceitos relacionados, como sejam os de desenvolvimento sustentável, biodiversidade, áreas e reservas protegidas. Passou também por uma abordagem histórica, ainda que sucinta, do que foi o povoamento desta pequena ilha açoriana e tentar perceber de que forma as populações se foram relacionando com o território ao longo dos séculos.

Palavras-chave: Áreas Protegidas; Reservas da Biosfera; Desenvolvimento Sustentável; Biodiversidade; Ilha do Corvo

Abstract

In the scope of global discussion on environment topics, the themes of biodiversity and sustainable development have been the most debated and most analyzed globally due to their strong association to economic development issues.

The Biosphere Reserves (lead and promoted by UNESCO - United Nation's organism for science, culture and education) arise from this necessity to promote and defend biodiversity.

The starting point of my work was to address the relationship between the population of a small island in the Atlantic Ocean (Corvo Island, Azores) and a territory that was classified as protected area, classified as Biosphere Reserve.

Another goal of this project was also to define and delimit a set of related concepts such as sustainable development, biodiversity, protected areas and reserves. In addition, I have briefly engaged a historical approach on how this small Azorean island was populated to understand how people have related to the territory throughout the centuries.

Keywords: Protected Areas; Biosphere Reserves; Sustainable Development; Biodiversity; Corvo Island

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I	16
O valor das áreas protegidas na conservação da natureza.....	16
1.1 A constituição dos primeiros parques e reservas no mundo. História e Evolução do conceito.....	16
1.2. A visão dos conservacionistas e das comunidades locais	21
1.3 Abordagem à legislação internacional, nacional e local na formação de parques e reservas	23
1.3.1-Legislação Internacional.....	24
1.3.2- Legislação Nacional	25
1.3.3- Legislação Regional	27
Capítulo II.....	29
As Reservas da Biosfera.....	29
2.1. Contextualização das Reservas da Biosfera	29
2.1.1. A Nível Internacional	29
2.1.2. Reservas da Biosfera em Portugal.....	34
Capítulo III	36
Metodologias	36
3.1- Perguntas de Pesquisa, Dimensões de Análise e Hipóteses	36
3.2 Estratégias Metodológicas	38
3.3 Caracterização dos entrevistados	39
Capítulo IV.....	40
A ilha do Corvo no contexto de um Arquipélago Atlântico.....	51
4.1. Enquadramento geográfico e político-administrativo	51
4.2. Abordagem histórica da descoberta e povoamento da ilha.	46
4.3. Quadro demográfico e realidade socioeconómica	62
4.4 A criação da Reserva da Biosfera na Ilha do Corvo	55
4.4.1. A elaboração da candidatura e que passos se deram desde a criação à actualidade.	55
4.4.2. Aplicação do estatuto de Reserva da Biosfera na Ilha do Corvo.....	72
Capítulo V.....	67
Análise e Discussão dos resultados.....	67
5.1-Análise das entrevistas.....	67

5.2-Conclusões.....	70
Bibliografia.....	74
Anexos.....	87

Introdução

Quando me propus fazer o Mestrado de Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos a ideia foi sempre a de seguir por um caminho que me permitisse retirar um enorme prazer desta área de investigação e atingir o objectivo de fazer uma dissertação de onde se pudessem retirar conclusões que fossem úteis e tivessem aplicação prática. A primeira opção foi trabalhar um tema relacionado com a minha região de origem, os Açores. Escolhi assim o tema da ilha do Corvo enquanto Reserva da Biosfera e a forma como os habitantes locais se relacionam com este facto. A juntar às razões pessoais, este tema pareceu-me de uma extrema relevância para o meu trabalho final, pelo facto de nos últimos anos, três ilhas terem sido nomeadas como Reservas da Biosfera (Graciosa, Corvo e Flores).

Partindo de uma pergunta inicial (Ilha do Corvo-Reserva da Biosfera- Que relações se tecem entre os habitantes e a Reserva?), procurei fazer uma abordagem geral da questão da biodiversidade num contexto mais global do Desenvolvimento Sustentável, realçando a importância dada pela UNESCO aos locais que são classificados como Reservas da Biosfera. Comecei por definir e delimitar um conjunto de conceitos relacionados com a minha pergunta inicial, como sejam os de desenvolvimento sustentável, biodiversidade, áreas e reservas protegidas. Passou também por uma abordagem histórica, ainda que sucinta, do que foi o povoamento desta pequena ilha açoriana para tentar perceber de que forma as populações se foram relacionando com o seu território ao longo dos séculos. Finalmente, e como mote principal do trabalho, o de procurar perceber a maneira como a população se relaciona com o conceito de Reserva da Biosfera aplicada ao seu pequeno território e qual o grau de importância que atribuem a esse facto nas suas vivências diárias insulares.

O trabalho foi organizado nesta introdução que pretende integrar os principais conceitos presentes na tese e em mais quatro capítulos em que se faz uma abordagem mais específica daquilo que se pretende do caso de estudo.

No primeiro capítulo faz-se o Estado da Arte sobre o valor das Áreas Protegidas enquadrado na discussão mais ampla da conservação da natureza e em que se procura analisar algumas perspectivas defendidas nas discussões entre Conservacionistas e as Comunidades locais. É também dado relevo histórico à constituição e evolução dos parques e áreas protegidas ao longo dos séculos, realçando os principais marcos que são referência nesta área e onde também se aborda as diferentes legislações internacionais, nacionais e regionais fundamentais para a definição de políticas de ambiente e de conservação da natureza.

No segundo capítulo fala-se da questão das Reservas da Biosfera propriamente ditas, com a contextualização geral do que é uma Reserva da Biosfera.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia, as estratégias metodológicas e a caracterização dos entrevistados.

No quarto capítulo faz-se o enquadramento da ilha do Corvo num contexto de arquipélago atlântico, com abordagens históricas, geográficas e socioeconómicas. Parte-se da importância da localização da ilha em termos geográficos e o que isso trouxe de consequências para o desenvolvimento histórico e socioeconómico desta pequena comunidade insular. Depois aborda-se todo o processo que levou à classificação de toda a ilha e ainda de parte da área marinha circundante por parte da UNESCO, em 2007.

Finalmente, num quinto capítulo, a tese termina com o conjunto das conclusões e perspectivas para o futuro, antecedidas da análise e discussão dos resultados das entrevistas.

No âmbito da discussão mundial sobre as questões do ambiente, os temas da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável têm sido dos mais discutidos e analisados a nível global, em resultado de ambos terem uma forte relação com as questões do desenvolvimento económico e com o próprio futuro do planeta. Para alcançar um bem comum e universal há que definir um conjunto de objectivos para

um bem-estar sustentável e não desperdiçar todo o capital natural que faz funcionar a vida na Terra (Costanza,2014).

Em finais dos anos 90, mas já a olhar para este século XXI, Viriato Soromenho-Marques afirmava que: *“(...) depois de milénios de secundarização e esquecimento, a Humanidade, por via do imenso poder tecnocientífico acumulado nos últimos dois séculos, «regressou à Terra». A «grande política» do futuro terá na protecção e na promoção ambientais uma pedra de toque consensual e segura. Em torno dela, e do seu entendimento como núcleo vital de uma nova concepção de segurança global, se construirão as políticas culturais e educativas, se planeará o emprego, se discutirão as opções de desenvolvimento (...) Ao século XXI resta a obrigação pesadíssima de responder ao maior enigma que a Humanidade jamais se colocou a si própria; será possível sobrevivermos em conjunto, apesar das nossas diferenças de cultura e valor, apesar das nossas ambições conflituais? (...)”* (Soromenho-Marques,1998: 68-69)

Contudo para dar resposta a esse enorme desafio de que VSM fala será necessário alterar comportamentos, práticas, relações entre Estados, a forma como a Humanidade se relaciona com os ecossistemas e dar prioridade ao desenvolvimento em lugar do crescimento económico, o que pode não ser simples ou mesmo alcançável. Como afirmava Meadows *“Poderemos conduzir as nações e as pessoas no sentido da sustentabilidade? Tal passo constituiria uma modificação da sociedade de uma amplitude comparável apenas a duas outras mudanças: a Revolução Agrícola (...) e a Revolução Industrial. Aquelas Revoluções foram graduais, espontâneas e em larga medida, inconscientes. Esta terá de ser uma acção perfeitamente consciente (...). Se de facto a fizermos, esta será a maior de todas as proezas da passagem da humanidade pela Terra.”* (Meadows, Donella H., Meadows, Dennis L., Randers, J.,1993:236)

Nos últimos anos, e sobretudo desde a Cimeira do Rio (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento) realizada em 1992, que os problemas ambientais têm vindo a ganhar cada vez mais espaço e atenção, tanto mediática como científica. Apesar da relação entre o desenvolvimento e o ambiente ser uma questão já com algum tempo, nas últimas décadas transformou-se para uma escala global e cada vez mais premente (Wass et al.,2011). Já na década de 60 do século passado estas

questões começavam a ser levantadas, como consequência de acidentes nucleares, acidentes com petroleiros e a crescente poluição urbana (Pires *et al.*, 2011).

Com um crescimento económico acelerado, com o proliferar das inovações científicas e tecnológicas e o crescimento acentuado da população, surgiram novas preocupações e mudanças quotidianas no planeta (Wass *et al.*, 2011). Alterações climáticas, aquecimento global, destruição da floresta amazónica, emissão de gases poluentes, são alguns dos temas que se tornaram universais, sobretudo a nível político, e até se pode dizer que falar de ambiente e das questões que o envolvem faz parte do discurso dominante mainstream e falar, pensar e ser “verde” passou a ser uma “moda”, Surgiram as “economias verdes”, as “energias verdes”, os “produtos verdes” e os “negócios verdes”.

Se até há pouco tempo a indústria e comércio internacional não demonstravam grandes preocupações com a questão da sustentabilidade, actualmente e devido às pressões cada vez maiores de consumidores responsáveis assiste-se a uma mudança; a consciência e responsabilização ambiental são agora integradas no processo de produção e na distribuição de produtos (Elliott, 2006). Os consumidores estão cada vez mais conscientes de que os seus comportamentos relativamente ao consumo têm impacto nas questões ambientais. (Azevedo *et al.*, 2010).

Nunca como agora foram tantos os debates, as reuniões¹, os grupos de trabalho², que se propõem a abordar o tema do Desenvolvimento Sustentável e a sua relação directa com a própria sobrevivência do Homem enquanto espécie. Haverá limites para o nosso crescimento, sobretudo pelos caminhos que têm sido traçados (Meadows *et al.*, 1993)? A resposta é que se têm procurado formas de estabelecer esses limites, em nome de um Desenvolvimento Sustentável do Mundo em que vivemos. Sabemos que não é possível continuar um crescimento ilimitado, porque o planeta é finito, e é necessário pensar na solidariedade com as gerações futuras, em nome do seu bem-estar e é sabido que a transgressão de um ou mais limites poderá ser catastrófico para a humanidade. Já na barreira perigosa da ultrapassagem dos limites e que estão a sofrer forte pressão, temos por exemplo a diminuição da biodiversidade, a

¹ Como a reunião em Bogotá, na Colômbia, denominada Rio+20

² No seio das Nações Unidas existe um Grupo de trabalho que recebe e propõe sugestões dos Estados-Membros no âmbito do Desenvolvimento Sustentável

acidificação dos mares, a diminuição da água potável disponível, a erosão dos solos (Rockström, *et al.*, 2009) [Figura 1].

Figura 1

Os Limites do Planeta

Boundary character	Processes with global scale thresholds	Slow processes without known global scale thresholds
Scale of process		
Systemic processes at planetary scale	Climate Change	
	Ocean Acidification	
		Stratospheric Ozone
Aggregated processes from local/regional scale		Global P and N Cycles
		Atmospheric Aerosol Loading
		Freshwater Use
		Land Use Change
		Biodiversity Loss
		Chemical Pollution

Fonte: Rockström *et al.* (2009)

O desenvolvimento sustentável pode ser definido como aquele que: “ (...) procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, possibilitando às pessoas, agora e no futuro, atingir um nível satisfatório de desenvolvimento social e

económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.³

Para perceber um pouco melhor esta questão do Desenvolvimento Sustentável, convém recuar até à época da Revolução Industrial, porque foi a partir daí que se deu uma transformação económica, social e ambiental a nível mundial. O primado foi dado ao crescimento económico, ao lucro, em detrimento das condições em que viviam as populações, sendo a natureza apenas vista como um meio de fornecer as matérias-primas que permitiriam um crescimento galopante. Um modelo de desenvolvimento que se estendeu por todo século XX, contribuindo de forma marcante para o desequilíbrio dos ecossistemas, pondo em causa não só a sua sustentabilidade como também a da humanidade.

“ (...) vastos mercados deram origem à exploração do meio ambiente desde os trópicos até aos pólos, desde o cume das montanhas até às profundezas dos oceanos. O êxito da Revolução Industrial (...), acabou por conduzir a novas carências não só de caça, não só de terra, não só de combustíveis e metais, mas também da capacidade de absorção do meio ambiente.”⁴

Como foi referido, desde 1992, com a realização da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento), que as questões em torno do ambiente passaram a ter outro alcance, sobretudo ao nível da atenção mediática. Nunca um encontro mundial deste género tinha tido uma participação tão elevada, tanto de entidades oficiais, como de organizações não-governamentais (ONG's). Num documento que ficou conhecido como a “Declaração do Rio”⁵, emergiu um conjunto de princípios que procuram colocar o Homem no centro duma dinâmica que permita um desenvolvimento equilibrado:

-Ao ser humano é atribuído o direito a uma vida saudável e produtiva;

³ <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

⁴ Meadows, Donella H., Meadows, Dennis L., Randers, J., (1993), *Além dos Limites, da catástrofe total ao futuro sustentável*, Lisboa, Difusão Cultural, pp.240

⁵ http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf

-Há a preocupação em contribuir para um desenvolvimento ambientalmente equilibrado, que permita um legado sustentável para as próximas gerações;

-É dado um grande enfoque às questões da pobreza, assumindo-se de que não será possível um Desenvolvimento Sustentável sem um combate eficaz à pobreza, conduzido a uma escala global- “ *Todos os Estados e todos os povos devem cooperar na tarefa fundamental de erradicar a pobreza*”;

-Releva-se também a importância do reforço da participação cívica das populações nos processos de decisão, sobretudo ao nível das discussões ao nível das questões ambientais.

Apesar do mediatismo da Cimeira do Rio, teremos que recuar quase três décadas para se perceber quando é que estas temáticas do Desenvolvimento Sustentável começaram a ganhar importância no seio dos debates da comunidade científica internacional. Em 1968 o Clube de Roma⁶ (uma organização de académicos) começou a discutir os problemas que poderiam afectar o futuro da humanidade. Na época as preocupações já se prendiam em torno da industrialização que assumia contornos de massificação, do aumento explosivo da população, da dificuldade de acesso à alimentação devido à escassez de alimentos (ou pelo menos da sua desigual distribuição), dos problemas que resultariam da falta de meios de energia alternativos, das preocupações pela destruição maciça dos recursos naturais. Foi do seio deste grupo de pensadores que surgiu em 1972 um dos relatórios mais polémicos. Liderado por Dennis L. Meadows e intitulado “Os Limites do Crescimento”, nele fazia-se uma projecção do crescimento para cem anos, defendendo-se que para se conseguir estabilidade económica, equilíbrio e defesa dos recursos naturais seria necessária uma estagnação no crescimento populacional e no crescimento industrial. Este foi o grande mote para as discussões em torno de um desenvolvimento mais sustentável.

Também em 1972 (e também com reflexos do Relatório acima referido) realiza-se a primeira Conferência Internacional dedicada às questões ambientais. Realizada em Estocolmo, a Conferência Sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano,

⁶ <http://www.clubofrome.org/> (Desta associação sem fins lucrativos saíram importantes relatórios que chamaram a atenção para a necessidade da boa gestão dos recursos naturais e da importância para o futuro da humanidade. (Pires, *et al.*, 2011)

com a organização das Nações Unidas, foi o primeiro grande fórum que se debruçou sobre os problemas ambientais e a sua relação com o desenvolvimento económico. Desta Cimeira resultou uma Declaração, conhecida por Declaração de Estocolmo, com 26 princípios sobre a preservação e melhoria do ambiente, e um Plano de Acção com 109 recomendações. Foi também desta Reunião internacional que surgiu o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) (Waas, *et al.*,2011).

Em 1983 é criada no seio das Nações Unidas a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED), presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. Na sequência de muitas reuniões realizadas em inúmeros países e de encontros de cientistas é finalmente publicado em 1987 um Relatório, considerado um marco fundamental na actual concepção de desenvolvimento, e que apresenta uma visão mais elaborada das causas de um conjunto de problemas socioeconómicos e ecológicos da sociedade, e para os quais será necessário encontrar soluções que resultem da colaboração entre a economia, a tecnologia, a sociedade e a política (Waas, *et al.*,2011). Conhecido como o Relatório Brundtland, e intitulado “ O Nosso Futuro Comum”, defende que o Desenvolvimento Sustentável é muito mais do que crescimento económico. Vai exigir uma mudança no paradigma de crescimento, com menor pressão sobre o ambiente, e caminhando para uma forma de crescimento mais harmonioso e com maiores equilíbrios entre todos os países do Mundo. No fundo defende que terá que haver uma distribuição mais justa e equitativa da riqueza a nível mundial. Deste relatório destacam-se também quatro objectivos que deverão ajudar à execução de planos para um Desenvolvimento Sustentável:

- um dos primeiros objectivos será a de construção de economias equilibradas, que permitam combater o subdesenvolvimento e a pobreza mundial, com o intuito de se conseguir uma relação mais eficiente com o meio-ambiente;

- outro objectivo, e em consequência do primeiro, será o de estabelecer programas que permitam uma forma eficaz de fornecer ajuda às populações mais pobres e também em defesa do meio-ambiente;

- a importância que é necessário dar à execução de tarefas que permitam projectar para as gerações futuras um bom equilíbrio com a natureza;

-a importância decisiva do envolvimento de todos os actores sociais, através de uma sociedade civil organizada e que tenha missões bem definidas;⁷

Para além disso “ (...) *Do ponto de vista do ambientalismo, o aspecto mais forte da Conferência do Rio de Janeiro não foi os acordos assinados pelos governos, mas precisamente a emergência germinal de uma sociedade civil planetária expressada na constituição de um espaço público comunicativo onde se encontram as diversas dimensões que compõem o ambientalismo, com raízes tanto no Sul como no Norte, no Leste como no Oeste e pertencente tanto ao sistema político como aos sistemas social e económico (...)* ” (Viola, 1995)

Este Relatório [Brundtland] seria amplamente discutido na Cimeira do Rio, em 1992. De entre os muitos planos de intenções saídos dessa cimeira global, a Agenda 21 foi um dos documentos mais importantes na forma como a partir daí se abordaria as questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Um dos aspectos mais relevantes foi o de alavancar a comunidade internacional para a criação de novas “janelas” de cooperação e investigação no que respeita à área do ambiente e do desenvolvimento. Desde as questões da conservação da Natureza, passando pelas estratégias da criação de emprego, da diminuição das disparidades no desenvolvimento regional, implementação e construção de planos para meios urbanos mais harmoniosos e saudáveis. Este documento, que foi afinal o resultado de muitos anos de reuniões e discussões, contribuiu para o surgimento de novos instrumentos de gestão e para uma nova forma de fazer política social, ambiental e económica.

A Agenda 21 contém orientações globais que podem ser utilizadas para a definição de políticas e programas adaptados à realidade de cada país de forma a definirem-se as metas para um consumo responsável e sustentável, aliadas às políticas demográficas, contribuindo para um equilíbrio à escala planetária. A implementação desta agenda que envolve a participação de vários actores sociais e pode ser adaptada consoante as características dos países e de acordo com a situação, capacidades e prioridades de cada um deles. Permite que se aborde a questão da sustentabilidade

⁷ <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

como um elemento essencial para um desenvolvimento equilibrado; que seja uma proposta de acções a estabelecer também pelos cidadãos em nome individual; que se transforme numa sistematização de medidas credíveis e reais no combate à poluição dos países industrializados; e que seja essencial para ajudar os países em vias de desenvolvimento no ultrapassar de todas as suas limitações.

Do documento mais geral da Agenda 21 é emanada a Agenda 21 Local *que representa (...) um meio de implementação para um território específico do conceito de desenvolvimento sustentável, na expectativa de que as autarquias (eleitos e técnicos locais) trabalhem para esse fim em parceria com todos os actores da comunidade (cidadãos, associações, empresas, grupos de interesse) (...) ”⁸*. Nela defende-se a necessidade de haver uma maior proximidade com as populações para um bom desempenho nas práticas de desenvolvimento sustentável. Há um convite a que as autoridades locais tenham uma governação mais próxima das populações de maneira a que estas se envolvam nas acções a implementar.

Em termos de governação “ (...) [A Agenda 21 Local] é um processo participativo, multisectorial, cuja implementação assenta num plano de acção congregando as prioridades locais. Sendo um processo estratégico e de longo prazo, conduzido pelos executivos municipais, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental, assenta numa microestrutura física e com administração própria, agendando os problemas locais a longo prazo e criando uma visão sustentável para o futuro da comunidade (...) ”⁹

Esta Agenda teve uma maior difusão com o contributo do ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives), que com o apoio nas Nações Unidas é um importante veículo para o Desenvolvimento Local a nível mundial.

Em 2000 as Nações Unidas voltaram a realizar uma importante reunião para debater as questões em torno do desenvolvimento, da sustentabilidade e dos problemas ambientais. Denominada Cimeira do Milénio, e realizada em Nova Iorque, cidade-sede da Assembleia Geral das Nações Unidas, dela saiu um documento, a

⁸ Schmidt, L; Nave, J G; Guerra, J, (2005) *Autarquias e desenvolvimento sustentável-Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*, Fronteiras do Caos

⁹ ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives)

Declaração do Milénio, em que se reafirmam e reforçam muitas das recomendações saídas da Cimeira do Rio, 8 anos antes. Conhecidos como Objectivos de Desenvolvimento do Milénio [Quadro 1], o ano de 2015 foi apontado como data para a realização destas disposições (Waas, *et al.*, 2011).

Quadro 1

Síntese dos Objectivos do Milénio (ODM)

ODM1	Erradicar a fome e a pobreza extrema
ODM2	Alcançar o Ensino Primário Universal
ODM3	Promover a Igualdade de Género
ODM4	Redução da Mortalidade Infantil
ODM5	Melhorar a saúde materna
ODM6	Combater o VIH/Sida e outras doenças
ODM7	Garantir a sustentabilidade Ambiental (Integrando os princípios do DS e melhorando o acesso à água potável entre outros)
ODM8	Criar uma parceria global para o desenvolvimento;

Fonte: <http://www.unric.org/pt/>

Em 2002, em Joanesburgo¹⁰ seria realizada a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, e de onde saíram algumas conclusões que se vão ligar de certa forma aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As principais conclusões foram divididas por 5 áreas-chave: água, energia, saúde, agricultura e biodiversidade. Para cada uma delas foram definidas metas para 2015 de forma a garantir uma maior sustentabilidade do desenvolvimento.

Regressando ao conceito de desenvolvimento sustentável, a sua definição não é unânime, apesar daquela presente, e já citada, no Relatório Brundtland ser considerada a melhor que define o conceito (Williams, 2004). Contudo, as diferentes formas de definir Desenvolvimento Sustentável colidem com diferentes formas de pensar o planeta e os seus recursos. Há um desfasamento entre o que se exige da Terra e o que esta é capaz de fornecer na forma de recursos (Williams, 2004). Em resultado destas duas formas diferentes de pensar o futuro, surgem duas variantes no

¹⁰ http://www.unric.org/html/portuguese/joanesburgo/CIMEIRA_-_16.pdf

conceito do DS: um DS fraco e um DS forte. Na primeira, também classificada como Sustentabilidade Fraca, a natureza é tida como um simples recurso, sobre o qual a humanidade tem o direito de utilizar e de procurar uma gestão menos radical (Williams, 2004). Procura-se um uso mais utilitarista dos recursos, mas isso poderá levar a ocupações desordenadas do território e a consequências (im)previsíveis (Royuela, 2014). Na segunda variante, um DS forte, o objectivo é a preservação e protecção da natureza, e assenta na visão de que o planeta é finito e há que fazer uma gestão rigorosa dos recursos. Há que haver um equilíbrio rigoroso dos activos naturais e da economia (Royuela, 2014). Segundo Williams (2004), actualmente a tese da sustentabilidade forte é menos presente publicamente, pois é aquela que implica maiores transformações sociais e económicas, mas não significa que tenha perdido terreno, até porque está presente em muito do argumentário político sobre as questões do ambiente. Normalmente associa-se o termo Desenvolvimento Sustentável a Sustentabilidade, como sinónimo do mesmo, mas há autores que fazem uma leve distinção em que DS liga-se ao crescimento económico propriamente dito, e a Sustentabilidade ao ambiente natural (Waas, 2011).

“First, and serving as the “sustainability bottom line”, sustainable development aims to meet human needs and aspirations, now and in the future, in an equitable way while protecting our environment which we share with other living species on Earth. In other words, ensuring: “Good lives for all people in harmony with nature” (Waas, 2011).

Os desafios que são colocados actualmente ao DS são tão complexos que exigem uma crescente interacção entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais no contexto de um ambiente colaborativo do qual poderão emanar melhores soluções (Pires, et al. 2011).

Contudo, como referem (Waas, et al., 2011), apesar de o desenvolvimento sustentável ter uma longa história na sociedade *“(…) na era da modernidade continua a ser mal compreendido e interpretado um tanto aleatoriamente pelos indivíduos, organizações e governos, muitas vezes em favor da sua própria agenda de interesses.*

Esta é sem dúvida uma das razões para o pouco progresso que foi feito na aplicação prática do seu significado original, e por isso, em muitos casos houve situações sociais e ambientais que se deterioraram. Ainda estamos na fase de aceleração inicial de transição, e ainda não está claro se a sociedade será capaz de se dirigir para o caminho do desenvolvimento sustentável”.

No contexto dum futuro do planeta sustentável e equilibrado a questão da biodiversidade surge também como primordial nas discussões mundiais sobre o ambiente.

Apesar de não haver definições consensuais sobre a Biodiversidade, segundo a CDB (Convenção sobre a Diversidade Biológica) esta refere-se à variação que existe entre não só apenas as espécies de plantas, animais, microrganismos e outras formas de vida no planeta mas também em cada espécie, sob a forma de diversidade genética, e dentro de cada ecossistema, nos quais as espécies interagem umas com as outras e com o ambiente físico. Sendo uma palavra que se tornou parte do vocabulário corrente de parte da humanidade, a biodiversidade pode ser entendida como variedade, porque abarca vários níveis, desde o nível molecular ao nível mais abrangente de uma paisagem (Trajano, 2010). E quando se fala em biodiversidade associa-se o termo à preservação desde o ecossistema mais simples, ao mais complexo (Trajano, 2010) e a sua conservação tornou-se um dos motes fundamentais para garantir os direitos das futuras gerações para um bem-estar geral (Sachs, 2002). A Convenção sobre a Diversidade Biológica que resultou da Cimeira do Rio em 1992, considera ainda a biodiversidade de extrema importância para as pessoas, porque ela sustenta uma grande variedade de serviços dos ecossistemas, dos quais as sociedades humanas dependem para a sua sobrevivência.

A perda de biodiversidade pode aumentar a vulnerabilidade dos ecossistemas dos meios terrestres e aquáticos e pode provocar mudanças ainda mais profundas no clima e nos oceanos, reduzindo os níveis de limite de segurança para o planeta (Rockström *et al.*, 2009). Por exemplo as ilhas oceânicas são fundamentais para a biodiversidade do mundo devido às importantes taxas de endemismo e de áreas protegidas que foram sendo criadas ao longo das últimas décadas (Royuela, 2014).

Em Outubro de 2010 realizou-se na cidade japonesa de Nagoya uma conferência sobre a temática da biodiversidade¹¹ e em que foram delineados 20 objectivos para serem atingidos até 2020 e que foram sintetizados em 5 pontos estratégicos:

- O envolvimento da sociedade e do governo em todas as acções que visem encontrar soluções para combater a perda de biodiversidade;

- A redução de pressões exercidas directamente sobre a biodiversidade e a promoção do seu uso sustentável;

- A melhoria do papel da biodiversidade por intermédio da defesa dos ecossistemas, das espécies e da diversidade genética;

- Chamar a atenção para os benefícios que o Homem pode retirar de todos os serviços prestados pela biodiversidade e ecossistemas;

- Conseguir uma melhor implementação das medidas, com mais capacidade de participação, conhecimento e gestão (Mendonça, 2012).

Já este ano realizou-se na capital da Coreia do Norte, Pyongyang, uma grande conferência sobre biodiversidade, e que serviu de balanço à forma como estão a ser aplicados os 20 objectivos saídos da Conferência de Nagoya em 2010. Nas conclusões destaca-se:

“São necessárias acções corajosas e inovadoras se os governos querem alcançar os objectivos acordados globalmente no Plano Estratégico para a Biodiversidade e as suas Metas de Aichi até 2020”

“O desafio de alcançar muitos desses objectivos resulta da realidade que a continuar nas actuais tendências, vai continuar a aumentar a pressão sobre a biodiversidade pelo menos até 2020 e o status da biodiversidade vai continuar a diminuir”, de acordo com os progressos do relatório da CDB.”

¹¹ <http://www.cbd.int/cop10/>

“Continuar com os habituais padrões de comportamento” de consumo, produção e incentivos económicos não nos permitirá realizar a visão de um mundo com ecossistemas capazes de satisfazer as necessidades humanas no futuro”.¹²

Na década de 70 do século passado e como forma de promover a defesa da biodiversidade surge a ideia de criar Reservas da Biosfera, promovidas pela UNESCO. A ideia da criação de territórios que contribuíssem para a preservação e conservação de áreas naturais e simultaneamente permitissem uma conciliação mais estreita entre as comunidades locais e a natureza, surgiu na sequência da “Conferência sobre a Biosfera” realizada em 1968 em Paris sob a tutela da UNESCO. Decorrente dessa conferência seria lançado em 1971 o programa “Homem e Biosfera” (MaB-Man and Biosphere) com o objectivo primordial de se organizar uma rede mundial de áreas protegidas designadas por Reservas da Biosfera e que representassem os diferentes ecossistemas existentes no planeta, quer fossem marítimos, quer fossem terrestres. Também estava subjacente a estas zonas protegidas a manutenção do equilíbrio entre um desenvolvimento mais sustentável e a qualidade ambiental, com particular enfoque nas questões da biodiversidade.

Este conjunto de conceitos, como a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, só ganhará relevância com a existência de políticas que promovam políticas de preservação e protecção da natureza através da constituição de partes dos territórios terrestres e marítimos em áreas protegidas.

¹² <http://www.unric.org/pt/actualidade/>

Capítulo I

O valor das áreas protegidas na conservação da natureza

1.1 A constituição dos primeiros parques e reservas no mundo. História e Evolução do conceito.

Segundo a IUCN¹³ uma Área Protegida é uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à protecção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais correspondentes, e gerida através de meios legais ou outros que se revelem igualmente eficazes.

No âmbito mais geral da conservação da Natureza, as Áreas Protegidas representam o foco central de um conjunto geral de compromissos políticos e económicos com o intuito de preservar a biodiversidade e aspectos culturais a ela associados (Borrini-Feyerabend, 2004).

Desde há muito tempo que o homem tem procurado estabelecer regras de actuação em relação à gestão e ordenamento do território, quer fosse para a protecção de algo em concreto e essencial para o seu quotidiano, como por exemplo a gestão dos recursos hídricos, ou simplesmente por uma questão de lazer. Já na Antiga Grécia existiam referências a Platão e às suas preocupações e críticas em relação à gestão dos recursos da natureza na zona do Monte Ática, nomeadamente ao uso intensivo dos terrenos para pastagens e ao uso também intensivo da floresta para a extracção de lenha. Também na Roma Antiga e na Mesopotâmia havia alertas gerais para a má gestão dos recursos naturais e a consequente degradação de solos e recursos hídricos. Igualmente na Índia, há cerca de 2000 anos, estabeleceram-se delimitações territoriais, integrando regras para a protecção da natureza. Desde então

¹³ http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/pas_gpap/

e através de vários momentos da história e com diferentes níveis de sucesso, quer os terrenos fossem do domínio público ou do domínio privado, tem havido a preocupação de salvar e estabelecer áreas protegidas com valores naturais importantes (Litke, 2008).

Na Inglaterra dos séculos XI, XII e XIII surgiram aquilo a que poderemos denominar de “primeiros parques”, mas ainda longe da definição actual de Parque Natural. Na época eram para uso do próprio proprietário da terra, com o aproveitamento da madeira e para utilização em práticas recreativas, sobretudo e quase sempre a caça. Posteriormente houve uma evolução para que estas Reservas Naturais/ Parques comessem a ser vistos e usufruídos em função dos seus elementos naturais, sobretudo os elementos paisagísticos. Contudo, apenas em finais do século XVIII, e com maior impacto no século XIX, é que se começou a olhar para a necessidade de abrir estas Reservas/ Parques Naturais ao público em geral, e não apenas a uma minoria, como acontecia até então, e sobretudo em Inglaterra e França (Litke, 2008). Tudo isto em consequência da Revolução Industrial iniciada no Século XVIII e com a necessidade premente das populações procurarem um contacto mais próximo com natureza e as paisagens naturais, como forma de contraponto ao “cinzentismo” que emergiu com esta Revolução, através do número crescente de fábricas e a consequente degradação, por exemplo, da qualidade do ar. No fundo, a natureza a funcionar como um escape ao crescimento desmesurado da indústria.

Nos Estados Unidos da América, para além do surgimento dos Parques Naturais mais destinados ao usufruto quotidiano da população citadina, surge em 1872 um novo conceito, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, no Wyoming. Um território com uma enorme extensão, destinado à protecção da natureza e que em simultâneo permitia a utilização pelo público em geral.

“Foi em 1872 que surgiu nos EUA o primeiro parque nacional (o Yellowstone National Park), embora já em 1864 o Yosemite Valley, na Califórnia, tivesse recebido um estatuto de protecção para recreio público. (...) tratava-se de preservar, face às ameaças predatórias da acção humana, determinados valores naturais, da fauna e da flora, que de outra forma estariam ameaçados de extinção.(...) delimitaram-se as

primeiras áreas de conservação da Natureza, autênticos santuários perante a acometida do crescimento industrial e demográfico incontrolados.(...) ”, (Soromenho-Marques,1998)

Esta nova ideia de protecção da natureza sob a forma de Parques Nacionais, foi-se depois estendendo a outras zonas do mundo, desde o Canadá à Austrália, passando por outros países europeus, que não a França e a Inglaterra que já estariam um passo à frente nesta questão dos parques naturais (Barbosa, 2008).

Em 1933, na cidade de Londres, realizou-se a Convenção para a Preservação da Fauna e Flora, e onde foram discutidas e definidas as características do que seria um parque: um local com uma gestão pública e com papel importante na preservação dos recursos naturais, com especial incidência nas qualidades estéticas daquilo que estaria disponível para as visitas do público (Dudley, 2008).

Assim, na Europa, e para além dos casos já apontados em França e Inglaterra, a ideia de que era necessária uma forma de proteger e preservar o património natural ganhou adeptos e atingiu uma importante dinâmica com a proliferação de Parques Nacionais. Apesar deste dinamismo, a verdade é que pelo facto do Continente Europeu ser já densamente povoado, tornou mais difícil encontrar as denominadas “áreas selvagens” à excepção de alguns locais mais remotos. Contudo, isso não foi obstáculo para que germinasse uma nova consciência, mais desperta para a preservação do património natural e de uma forma mais alargada a vários outros tipos de património. No continente europeu, também se estabeleceu uma nova denominação, a de Parque Natural, onde pudessem conviver a questão histórica com a paisagística, e com a tarefa de conciliar a preservação do património natural com o uso equilibrado por parte das populações residentes dessas novas áreas protegidas (Federação Europarc)¹⁴.

Apesar de ao longo do século XX ter havido um interesse crescente pelas questões da preservação e protecção da natureza, o verdadeiro grande impulso é dado em 1972, em Estocolmo, com a realização da Conferência das Nações Unidas para o

¹⁴ <http://www.europarc.org/home/>

Meio Ambiente Humano, e em que se abre definitivamente caminho para as questões de protecção ambiental passarem a fazer parte duma agenda política ambiental mundial. Desde esse início da década de setenta do século passado, que houve um acréscimo considerável do número de Áreas Protegidas, quer terrestres, quer marítimas, sendo em 2012 de 12,7 % a percentagem de territórios nacionais que têm esta classificação (IUCN).¹⁵ Posteriormente também surgiram novas designações de zonas com o seu património natural protegido, como sejam as Reservas da Biosfera, no âmbito da UNESCO, e a Rede Natura 2000, no âmbito da União Europeia (Mose *et al*, 2010).

Apesar desta crescente vaga no sentido de proteger e conservar a natureza, um dos maiores problemas tem sido a questão da classificação das diversas áreas que vão surgindo por todo o mundo e a dificuldade que há em estabelecer critérios coerentes para a sua denominação. Há diferenças importantes, quer na dimensão e nas responsabilidades institucionais, quer na forma como cada “pedaço” de território é gerido, com implicações significativas. Para uma área com as mesmas características, diferentes países utilizam terminologias diferentes, criando uma heterogeneidade que porém, não torna a gestão mais ineficiente a nível mundial. Através da Comissão Mundial para as Áreas Protegidas (WCPA), a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) como o organismo mais importante no âmbito das Áreas Protegidas, tem promovido os consensos internacionais, na forma de consensualizar o conceito, a classificação e a gestão das Áreas Protegidas (Dudley, 2008) [Quadro 2].

¹⁵ http://cmsdata.iucn.org/downloads/protected_planet_report.pdf

Quadro 2

Categorias de gestão das Áreas Protegidas de acordo com a classificação da IUCN

Categoria	Designação	Objectivo Principal
Ia	Reservas Naturais Integrais	Conservar ecossistemas, espécies e/ou aspectos geodiversos, onde não se fez sentir a mão humana, mas muito sensíveis.
Ib	Áreas Selvagens	Proteger a longo prazo a integridade ecológica das áreas naturais, não perturbadas por actividades humanas significativas.
II	Parque Nacional	Proteger a biodiversidade natural juntamente com a estrutura ecológica associada e os processos de suporte ambiental, e para promover a educação e a recreação.
III	Monumento Natural	Proteger aspectos naturais específicos e a biodiversidade e habitats associados.
IV	Áreas de Gestão de habitats/ espécies	Manter, Conservar e restaurar espécies e habitats
V	Paisagem Protegida (terrestre e marinha)	Proteger paisagens importantes, conservar a natureza associada e outros valores antropogénicos, resultado de práticas tradicionais.
VI	Área Protegida com uso sustentável de recursos naturais	Proteger os ecossistemas naturais e usar os recursos naturais de forma sustentada, quando a conservação e o uso sustentável podem beneficiar mutuamente.

Fonte: Dudley (2008)

1.2. A visão dos conservacionistas e das comunidades locais

Como foi referido no subcapítulo anterior, a classificação e divisão das Áreas Protegidas apresenta um grande conjunto de variantes, com diferentes denominações em diferentes zonas do mundo, apesar do esforço da IUCN em assumir uma classificação mundial mais homogénea e coerente, de forma a tornar mais fácil a gestão e protecção das diferentes zonas protegidas espalhadas pelo planeta.

Nos anos 70 assistiu-se à confirmação de três linhas de pensamento estruturais, que se tornaram convergentes no caminho para uma nova forma de compreender a questão das áreas protegidas. O tema da conservação passa a ser abordado numa perspectiva mais alargada do território; há uma redefinição das condições que contribuem para o equilíbrio dos ecossistemas em conjugação com as actividades humanas dentro da própria área de protecção; e o maior envolvimento das comunidades residentes no interior das áreas protegidas, apelando ao seu envolvimento nas políticas de conservação (Borrini-Feyerabend, 2004). Podemos dizer que a mudança de paradigma aconteceu devido a alterações que houve nas políticas de conservação, passando de práticas mais estáticas na abordagem a tudo o que envolve a conservação, segregacionista, para uma abordagem mais dinâmica e inovadora, mais integracionista. Passamos de uma visão que podemos dizer mais “elitista” da conservação da natureza, para uma visão em que passa a ser importante a integração de todos, comunidades incluídas, na gestão e desenvolvimento das Áreas Protegidas (Mose, 2007).

Como afirma Phillips (2003), é necessário fazer um resumo/ balanço do que foram as grandes reuniões mundiais em que se discutiram as estratégias para a conservação e protecção da natureza ao longo das últimas décadas. Se no primeiro congresso realizado em 1962, em Seattle, Estados Unidos da América, as questões da

gestão e conservação de áreas protegidas não foram abordadas em profundidade, já no segundo congresso, igualmente realizado nos Estados Unidos, houve um enfoque muito maior no que deveriam ser as prioridades globais na gestão das áreas protegidas. De todo um conjunto de conclusões, o que mais se destaca, e segundo Phillips (2003), é a incapacidade de fazer uma ligação mais estreita entre as áreas protegidas e a questão do desenvolvimento, sobretudo nas áreas à sua volta. Também é dado muito pouco relevo às questões da biodiversidade, o que se pode traduzir numa espécie de visão introspectiva e ainda com limitações no que diz respeito à compreensão do que deviam ser as áreas protegidas. Apenas no 3º Congresso Mundial sobre Áreas Protegidas realizado em 1982 em Bali, na Indonésia, é que se pode afirmar que se começa a desenhar um novo paradigma na forma como são encaradas as Áreas Protegidas a nível mundial. Um conjunto de recomendações vão marcar uma nova agenda, dando relevo à importância das Áreas Protegidas na questão do Desenvolvimento Sustentável; à importância destas no planeamento ambiental; às comunidades tradicionais integradas em zonas protegidas; e às questões da protecção da biodiversidade no seio das áreas protegidas. De uma maneira geral é dada uma importância muito maior às questões do desenvolvimento local, em articulação com as questões de protecção da natureza, havendo como que uma separação de águas em relação à perspectiva anterior, muito mais limitada. Por sua vez no 4º Congresso Mundial realizado em Caracas, na Venezuela, em 1992, surge um conjunto de novos temas, em sinal da proximidade da Conferência do Rio, que se iria realizar meses mais tarde. Entre eles a conservação da biodiversidade, as questões do uso sustentável dos recursos naturais, novas abordagens aos apoios financeiros das áreas protegidas, ou as reservas da biosfera.

As questões da conservação e protecção da natureza são por vezes muito complexas, sobretudo na relação entre a comunidade científica e as comunidades locais que estão inseridas num espaço classificado como Área Protegida.

Se as Áreas Protegidas surgiram para tornar mais fácil a conservação da natureza, a sua gestão está normalmente envolta em conflitos de interesses, fruto de duas visões distintas do que deve ser a forma mais eficaz e eficiente de administrar uma zona de protecção. Por um lado surgem os conservacionistas, e do outro as

comunidades locais, com tudo o que isso implica no uso e exploração das áreas protegidas (Hammer, 2007). Por um lado os conservacionistas defendem que haja muito poucas regras que interfiram na preservação da natureza, ao contrário das comunidades locais que defendem que existirão demasiadas regras nessa preservação e que condicionam o seu desenvolvimento; os primeiros defendem a redução do turismo, um maior controlo e que tudo deve ser gerido pelos próprios conservacionistas; já os segundos são defensores de que deve haver a criação de mais estruturas de apoio ao turismo, as regras devem ser menos apertadas e os espaços deverão ser geridos pelas próprias populações. De uma forma mais sistematizada, os conservacionistas defendem que a regulação ambiental é fundamental para a manutenção e equilíbrio dos sistemas biológicos e para o bem-estar das populações locais. Referem a importância dos benefícios económicos directos, com o valor da própria natureza, e os benefícios económicos indirectos, com os pagamentos que são feitos pelas entidades governamentais e não-governamentais em forma de compensação pelo não acesso a todos os recursos que as comunidades locais poderiam ter, e limitando de certa forma as bolsas de pobreza que podem surgir (Dudley, 2008). Ao lado das comunidades locais, surge a perspectiva dos cientistas sociais, em que se defende primeiro a erradicação da pobreza e que depois permitirá o bom caminho para a preservação da biodiversidade; a acusação de que existem violações permanentes aos direitos dos locais no acesso aos recursos e invasão de propriedade privada; e também a acusação de que os benefícios decorrentes das Áreas Protegidas deixam sempre para o fim as comunidades com menores recursos de subsistência (Wilkie, 2006).

Apesar destas divergências a constituição de zonas de protecção, as Áreas Protegidas, são de extrema importância para o equilíbrio dos ecossistemas terrestres e marítimos, com um papel determinante na consolidação da biodiversidade e numa relação mais estreita entre homem e natureza.

1.3 Abordagem à legislação internacional, nacional e local na formação de parques e reservas

A vertente legislativa na área da protecção da natureza é de suma importância, porque é a partir dela que emergem um conjunto de leis que permitem regular tudo o que se refere a alterações sobre a gestão das áreas protegidas, não esquecendo porém que em muitos casos o caminho que vai da elaboração de uma lei à sua prática é bastante longo e tortuoso. Assim, nos próximos subcapítulos procura-se fazer uma abordagem breve e concisa à legislação mais importante referente à formação de parques, reservas e áreas protegidas.

1.3.1-Legislação Internacional

No plano internacional a IUCN¹⁶ (União Internacional para a Conservação da Natureza) é considerada a entidade mais importante na coordenação de acções de conservação da natureza e é dela que são emanados muitos dos principais documentos referentes à conservação da natureza. Se foi com a Cimeira de Estocolmo¹⁷ em 1972, dedicada às questões ambientais, que se lançaram as primeiras bases para legislar internacionalmente sobre o ambiente, foi em 1980 que estas se concretizaram, com a Estratégia Mundial de Conservação levada a cabo pela IUCN. No seguimento da Cimeira do Rio¹⁸, em 1992, reforça-se a ideia com a assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica, em conjunto com outros importantes

¹⁶ www.iucn.org

¹⁷ http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Estocolmo

¹⁸ <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>

documentos como a Declaração do Rio, a Convenção sobre as Alterações Climáticas¹⁹, a Convenção sobre as Florestas²⁰ e a Agenda 21²¹.

A CDB²² (Convenção sobre a Diversidade Biológica), tem por principais objectivos a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Esta convenção internacional defende a existência de estratégias internacionais e nacionais que contribuam para a execução de medidas de conservação e protecção da natureza e utilização sustentável da biodiversidade, como seja a constituição de áreas protegidas que promovam a protecção da biodiversidade.

Outros acontecimentos e documentos importantes na protecção e conservação da natureza foram a Convenção de Bona²³ (que promove a protecção de espécies migradoras da fauna selvagem) e CITES²⁴ (que regula o comércio internacional de espécies selvagens ameaçadas), no âmbito da protecção das espécies; a Convenção de Ramsar²⁵ (promoção da conservação das zonas húmidas), a instituição pela UNESCO de territórios património da humanidade (protecção de áreas naturais e culturais com importância internacional) e de Reservas da Biosfera (conciliação entre conservação e desenvolvimento sustentável). Alguns destes documentos foram transpostos para a legislação da União Europeia, como a Convenção de Berna²⁶, as Directivas Aves e Habitats²⁷ e a Rede Natura 2000²⁸.

¹⁹ <http://unfccc.int/2860.php>

²⁰ <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>

²¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21

²² <http://www.cbd.int/convention/articles/default.shtml?lg=0&a=cbd-00>

²³ <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/bona>

²⁴ <http://www.cites.org/>

²⁵ http://www.ramsar.org/cda/en/ramsar-home/main/ramsar/1_4000_0__

²⁶ <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/berna>

²⁷ <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/dir-ave-habit>

²⁸ <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>

1.3.2- Legislação Nacional

Apenas na década de 70 do século passado, Portugal avançou para uma efectiva política de conservação da natureza, com a criação de mecanismos legais que permitiam a protecção de determinadas áreas do território nacional. O mais relevante foi a criação, em 1971, do Parque Nacional da Peneda-Gerês pelo Decreto-Lei nº187/71 de 8 de Maio. Também a Constituição Portuguesa, desde 1976 até à mais recente revisão, integra referências à importância da protecção da natureza, nomeadamente o artigo 9º, onde se afirma a defesa da natureza e do ambiente, a preservação dos recursos naturais e o assegurar de um correcto ordenamento do território, e o artigo 66º que fala de ambiente e de qualidade de vida numa forma mais objectiva, e que destaca a importância dum ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Em resultado desta integração das questões ambientais no texto constitucional português, foi aprovada, em 1987, a Lei de Bases do Ambiente²⁹ (Lei nº11/87 de 7 de Abril), e que foi o passo decisivo para que as questões ambientais ganhassem maior relevo em Portugal.

No que diz respeito às áreas protegidas, 7,6% do território português é abrangido pela Rede Nacional das Áreas Protegidas, e que integra zonas terrestres e zonas de água, quer interiores, quer marítimas. Em 1993 foi elaborado um Decreto-Lei (DL 19/93 de 23 de Janeiro), onde foram definidos os critérios para classificar as áreas protegidas com interesse nacional, que estão classificadas como Parque Nacional (sendo o único em Portugal o já referido Parque Nacional da Peneda-Gerês), Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural. Existem ainda áreas protegidas de interesse regional ou local, que são classificadas como Paisagens Protegidas e ainda locais de gestão privada, mas com interesse para a protecção da natureza, e que são denominados como Sítios de Interesse Biológico.

Desde a integração de Portugal na União Europeia, as questões de protecção e conservação da natureza ganharam um novo fôlego, com a necessidade de adaptar a

²⁹ A Lei foi entretanto revista em 2012 pelo governo, tornando-a mais curta e simples segundo a sua perspectiva, mas com menos instrumentos de supervisão segundo as ONG's ligadas ao ambiente.

legislação nacional às normas europeias. Uma delas foi a implementação da Rede Natura, mais conhecida por Rede Natura 2000, uma rede de sítios protegidos que representam importantes habitats para a conservação da fauna e flora locais. Esta rede é oficialmente conhecida como Lista Nacional de Sítios e tem vindo a ser actualizada ao longo dos anos.

Para todas estas diferentes tipologias de áreas protegidas, deveriam surgir planos de ordenamento do território que são importantes e decisivos para uma boa gestão das áreas de protecção; contudo, ou não foram sequer concluídos, ou quando o foram, deparam-se com obstáculos tremendos na sua implementação no terreno.

1.3.3- Legislação Regional

Em resultado de ser uma Região Autónoma desde 1976, os Açores têm vindo a delinear a sua própria política de ambiente, embora tendo sempre como referência as políticas nacionais e europeias e a respectiva legislação.

Nos anos oitenta é constituída a primeira Secretaria Regional (o equivalente aos Ministérios dos Governos da República) dedicada ao ambiente e integrando também o turismo, tendo como papel principal a preservação da paisagem natural e humana dos Açores. As primeiras zonas protegidas açorianas foram classificadas como Paisagens Protegidas em 1980 e mais tarde, em 1988, surgem as Reservas Naturais Florestais e as Reservas Naturais Marinhas (Leal, 2010).

Nos anos noventa, avança-se para a criação de uma Rede Regional de Áreas Protegidas, dividida em Reservas Naturais Regionais, Monumentos Naturais Regionais, Paisagens Protegidas de Interesse Regional e Áreas Florestais Naturais.

Transpondo as directivas comunitárias são criados os SIC (Sítios de Interesse Comunitário) e as ZPE (Zonas de Protecção Especial para Aves Selvagens), que vão integrar a Rede Natura 2000 Regional, incluindo a ilha do Corvo. Em 2010 surge o principal instrumento de regulação do território açoriano, o PROTA (Plano Regional de

Ordenamento do Território dos Açores)³⁰ apresentado como um instrumento de referência para a gestão do território açoriano para a década 2010-2020. Como objectivos principais deste plano temos: desenvolvimento e aplicação nas ilhas das principais opções nacionais em termos de ordenamento do território; coordenar e delimitar as principais políticas de desenvolvimento regional em sectores chave como a gestão dos recursos naturais, a agricultura, o turismo e a mobilidade; contribuir activamente para a diminuição das assimetrias entre as diferentes ilhas. Ou seja o PROTA é fundamental e crucial para a formulação de uma estratégia regional de ordenamento, defendendo o património natural e cultural da região.

Desde 2005 que foram sendo implementados em cada ilha os POOC (Planos de Ordenamento da Orla Costeira) e em 2011, foi criada a Rede Regional de Parques Naturais dos Açores, com competências próprias em cada ilha ao nível do ordenamento do território e de fiscalização das áreas protegidas.

³⁰ http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/E3CF392B-07E3-4CEB-85A1-8752D2FDFECB/432228/DLR_26_2010_A.pdf

Capítulo II

As Reservas da Biosfera

2.1. Contextualização das Reservas da Biosfera

2.1.1. A Nível Internacional

A ideia da criação de territórios que contribuíssem para a preservação e conservação de áreas naturais e simultaneamente permitissem uma conciliação mais estreita entre as comunidades locais e a natureza, surgiu com maior ênfase em 1968 com a organização da “Conferência sobre a Biosfera” realizada em Paris sob a tutela da UNESCO. Decorrente dessa conferência seria lançado em 1971 o programa “Homem e Biosfera” (MaB-Man and Biosphere) com o objectivo primordial de se organizar uma rede mundial de áreas protegidas designadas por Reservas da Biosfera e que representassem os diferentes ecossistemas existentes no planeta, quer fossem marítimos, quer fossem terrestres. Também estava subjacente a estas zonas protegidas a manutenção do equilíbrio entre um desenvolvimento mais sustentável e a qualidade ambiental, com particular enfoque nas questões da biodiversidade (Bonnin, 2009). Como funções principais deste sistema de Reservas da Biosfera temos:

- a função de conservação, contribuindo para a protecção de recursos genéticos, espécies e ecossistemas a uma escala global;

- as funções logísticas, sobretudo no apoio à investigação e à educação, proporcionando uma interligação entre estas duas vertentes e abrindo espaço para programas científicos internacionais;

- funções de desenvolvimento, sobretudo ao nível de procura de caminhos que levem ao uso racional e sustentável dos recursos e possibilitando uma interacção entre as comunidades locais e o meio natural envolvente.

Depois dessas primeiras Reservas da Biosfera criadas a partir daquele programa da UNESCO (Man and Biosphere em 1971), a definição, critérios e processo de designação das Reservas da Biosfera foram redefinidas no âmbito de um Quadro-Legal adoptado em 1995 no Congresso da UNESCO realizado na cidade espanhola de Sevilha. No documento, que ficou conhecido como a Estratégia de Sevilha para as Reservas da Biosfera, há uma redefinição dos critérios e são definidos os objectivos das diferentes zonas a classificar e com diferentes níveis, quer num plano nacional, quer num plano internacional.

Uma das ideias principais presente neste Plano Estratégico foi o de transformar as Reservas da Biosfera em modelos de ordenamento do território e em locais de experiências em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável (Bonnin, 2009).

“As reservas da biosfera foram concebidas para responder a uma das perguntas essenciais com as quais o mundo se defronta hoje em dia: como conciliar a conservação da diversidade biológica, a procura do desenvolvimento económico e social e a manutenção de valores culturais a eles associados? (...). [A] conferência [de Sevilha] permitiu (...) o desenvolvimento de um Quadro-Legal que estipula as condições para o bom funcionamento da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. Estes dois documentos foram adoptados sob a Resolução 28 C/2.4 desta Conferência Geral da Unesco de Novembro de 1995. Um dos pontos mais importantes destes documentos é a referência ao impulso que as Reservas da Biosfera podem dar na implementação da Agenda 21 que emanara da Conferência das Nações Unidas sobre ambiente e desenvolvimento (em 1992 no Rio de Janeiro) e da Convenção sobre a Diversidade Biológica (realizada em 1995)” (UNESCO Brasil).

Durante os 13 anos que se seguiram à adopção da Estratégia de Sevilha, surgiram novos desafios e mudanças que fizeram com que o programa original do MaB se adaptasse a novas realidades no contexto mundial. Desde a questão das alterações climáticas que foram sendo presença cada vez mais constante na actualidade

informativa, ao crescimento urbano acelerado, passando pela perda de diversidade cultural e biológica e as consequências directas no equilíbrio dos ecossistemas.³¹

Como resultado do 3º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera realizado no ano de 2008 na cidade espanhola de Madrid, surge um documento que é conhecido como o MAP 2008-2013 (Plano de Acção de Madrid), tendo por base os documentos da Estratégia de Sevilha. O programa MaB é redefinido com base nos denominados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.³² São definidas como principais iniciativas:

- o desenvolvimento de mecanismos que dêem um impulso a um Desenvolvimento Sustentável nas reservas da biosfera e que envolva parcerias com os mais variados sectores da sociedade;

- a procura de novos caminhos de experimentação e aplicação de políticas para a adaptação e mitigação das alterações climáticas;

- a utilização da experiência da Rede Mundial de Reservas para desenvolver e experimentar políticas e práticas que abordem as questões que afectam os tipos de ecossistemas-chave;

Com a Estratégia de Sevilha e, mais tarde, com este Plano de Acção de Madrid, verifica-se um aprofundamento e redefinição do Plano Mundial das Reservas da Biosfera coordenado pela UNESCO.

Todas as Reservas da Biosfera são sujeitas a visitas regulares e avaliações a cada 10 anos, com o objectivo de estimular as autoridades nacionais responsáveis pelas suas áreas a terem um trabalho activo na preservação e consolidação dos objectivos de um desenvolvimento mundial equilibrado e sustentável. Estas avaliações regulares contribuem também para uma melhor interacção entre o desenvolvimento científico e a conservação e pode também proporcionar a ampliação das Reservas já constituídas, através de um reforço da cooperação internacional na gestão sustentável de ecossistemas partilhados nas zonas transfronteiriças.

³¹ http://www.rbma.org.br/mab/pdf/estrategia_sevilha.pdf

³² http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf

Para que as Reservas da Biosfera possam fazer cumprir melhor os seus objectivos, o seu território é normalmente dividido em três zonas [Fig.2] designadas como zona-núcleo, zona-tampão e zona de transição:

- Zona-Núcleo- podem ser constituídas por mais do que um núcleo e abrangem áreas que já estavam anteriormente protegidas, e são mais dedicadas à investigação e à conservação;

- Zona-Tampão- são definidas normalmente em volta das Zonas-Núcleo e para além de desenvolver e promover a qualidade de vida das populações locais, procura também a minimização dos impactos sobre as Zonas-Núcleo. Habitualmente é a zona onde se concentram acções de índole educacional e onde se desenvolvem um conjunto de actividades económicas que não exigem o consumo de demasiados recursos;

- Zona de Transição-aqui são permitidas actividades a que poderemos chamar de mais “intensivas”, como a agricultura, a indústria e alguma urbanização, mas sempre tendo por base o respeito pelo meio natural envolvente;

Figura 2



http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp

Actualmente a Rede Mundial de Reservas da Biosfera é formada por 621 locais situados em 117 países e por 12 Reservas da Biosfera transfronteiriças abarcando 21 estados [Quadro 3].

Quadro 3: Distribuição mundial das Reservas da Biosfera

Regiões	Nº de Reservas	Nº de Países
África	64	28
Países Árabes	27	11
Ásia e Pacífico	124	23
Europa e América do Norte	289	34
América Latina e Caraíbas	117	21
Zonas Transfronteiriças	12	21

Fonte: <http://www.unesco.org/new/fr/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/>

As Reservas da Biosfera são muito mais do que apenas um local físico onde se procura conservar e preservar a biodiversidade, e que já foi acima referido com algum detalhe. A responsabilidade da candidatura de uma região a Reserva da Biosfera é de cada país (podendo mesmo haver candidaturas conjuntas quando se trata de áreas transfronteiriças como é o caso da Reserva da Biosfera Luso-Espanhola que engloba o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural da Baixa-Limia)³³ e que depois têm a responsabilidade maior de proporcionar os meios que permitam uma boa gestão da área em questão. Para além das candidaturas conjuntas poderão mesmo ser formadas redes regionais de Reservas da Biosfera de forma a criar um conjunto de sinergias que beneficiem a gestão das zonas de protecção.

³³ <http://www.reservabiosferageresxures.com/indexpt.html>

As várias Reservas constituem uma Rede Mundial de Reservas da Biosfera que está como que “regionalizada”, em que a coordenação entre as diferentes Reservas é efectuada por Redes Regionais e sub-regionais. São o caso da ArabMAB (países árabes), da AfriMAB (países africanos), da EABRN (Rede Asiática de Reservas da Biosfera do Oriente), da EuroMAB (Europa, Canadá e Estados Unidos), da IberoMAB Vermelho (América Latina) e da REDBIOS (ilhas Canárias, Cabo Verde, Mauritânia, Açores, Madeira, Marrocos e Senegal).

2.1.2. Reservas da Biosfera em Portugal

Em Portugal existem sete áreas classificadas pela UNESCO como Reservas da Biosfera, mas só em 1981 se deu o primeiro passo para a constituição destas Áreas Protegidas com este estatuto, com a classificação do Paul do Boquilobo³⁴. Contudo seria necessário esperar 25 anos para o surgimento de novas candidaturas para que zonas protegidas conseguissem o Estatuto de Reservas da Biosfera. Foi no ano de 2006 que se efectivaram as candidaturas das Ilhas do Corvo³⁵ e da Graciosa³⁶ nos Açores a esse estatuto, o que foi confirmado no decorrer do ano de 2007. Posteriormente seguiram-se as aprovações da Ilha das Flores (2009)³⁷, da zona transfronteiriça Parque Nacional da Peneda-Gerês em conjunto com o Parque Natural da Baixa-Limia (Galiza, Espanha) também em 2009. Finalmente no ano de 2011 seriam aprovadas mais duas candidaturas portuguesas a Reservas da Biosfera: as ilhas Berlengas³⁸, ao largo de Peniche, e a zona de Santana³⁹, no Arquipélago da Madeira. Como é referido no

³⁴ <http://www.cm-golega.pt/concelho/turismo/item/194-paul>

³⁵ <http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/ilha-corvo/Reservas-da-biosfera-corvo.pdf>

³⁶ http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/ilha-graciosa/_intro.html

³⁷ http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/ilha-flores/_intro.html

³⁸ <http://www.cm-peniche.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=976be7cd-98f9-429a-9d7e-e901104444dc>

³⁹ <http://santanamadeirabiosfera.com/pt/>

relatório⁴⁰ que faz o balanço anual para a UNESCO da gestão das Reservas da Biosfera portuguesas, o facto de haver sete locais com esta classificação é relevante tendo em conta a pequena dimensão do território português. É também destacado o facto de neste conjunto estarem presentes vários tipos de ecossistemas, desde as ilhas atlânticas às zonas montanhosas do Norte de Portugal Continental, passando pelas zonas pantanosas do Rio Tejo.

No âmbito da Comissão Nacional da UNESCO, foi criada em 2011 a Rede Portuguesa de Reservas da Biosfera⁴¹ com o objectivo de aprofundar as relações e o conhecimento entre as diferentes áreas nacionais que têm aquele estatuto. Como funções e objectivos principais destacam-se:

- a coordenação de iniciativas conjuntas das Reservas Portuguesas da Biosfera;
- a promoção e o desenvolvimento de novas Reservas da Biosfera nacionais e para dar apoio técnico e científico a novas candidaturas que surjam;
- a nível nacional incentivar novos projectos que contribuam para a valorização do Património Natural;
- contribuir para a divulgação nacional da Rede Mundial de Reservas da Biosfera da Unesco;
- promover as múltiplas actividades que decorrem na Rede Nacional e potenciar as boas práticas no âmbito da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável;
- fazer uma ligação mais estreita com outras Redes Nacionais da Biosfera, nomeadamente no espaço Ibero-Americano.

⁴⁰ <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/resource/doc/mab/rel-mab-12-13-en>

⁴¹ <http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/redes-unesco/rede-portuguesa-de-reservas-da-biosfera.html>

Capítulo III

Metodologias

3.1- Perguntas de Pesquisa, Dimensões de Análise e Hipóteses

Quando se inicia um trabalho de investigação, qualquer que seja o campo científico, uma das bases essenciais para o seu bom desenvolvimento é a formulação de uma pergunta de partida. Com ela o investigador tentará exprimir o mais exacto possível o que procura entender, o que procura saber, o que procura elucidar. As qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência terão que ser características essenciais de uma boa pergunta de partida (Quivy,2008).

A partir da principal pergunta de partida - Que relações se tecem entre os habitantes e a Reserva da Biosfera, na ilha do Corvo? -e tentando que os critérios acima definidos por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt fossem minimamente cumpridos, procurei operacionalizar as problemáticas apresentadas através de um conjunto de outras perguntas de pesquisa e de dimensões de análise, que levaram ao uso de várias lentes e escalas de análise (micro, meso e macro). Neste processo foram ainda consideradas algumas hipóteses. Tais hipóteses são entendidas, na linha das propostas metodológicas de Quivy e de Campenhoudt (2008), como proposições provisórias, refutáveis, que foram sendo postas à prova ao longo do processo e que, como tal, foram sujeitas a verificação.

- **Qual o nível de conhecimento dos habitantes sobre o significado de Reserva da Biosfera?**

Para responder a esta pergunta procurei aferir junto da população a opinião sobre o que é pertencer/ser Reserva da Biosfera. Complementarmente, baseado nas representações dos entrevistados, tentei ainda identificar os principais pontos positivos e negativos dessa relação. A hipótese colocada é a de que existe todo um

conjunto de estratégias (económicas, culturais, ambientais) que permitem que a população por si mesmo retire o máximo proveito do facto da ilha do Corvo estar classificada como Reserva da Biosfera.

- **Que tipo de relações, sobretudo económicas, poderão surgir desta classificação?**

Através da análise de eventuais vantagens e desvantagens para a economia da ilha, desde a agricultura e as pescas, passando pelo turismo (ecoturismo), procurei testar a possibilidade de haver um desinteresse profundo e generalizado por parte da população e de esta não estar na disposição de estabelecer relações que potenciem o desenvolvimento da ilha, nem estar interessada nas questões ambientais num sentido mais lato.

- **Qual o nível de percepção sobre a importância de existir um desenvolvimento equilibrado e sustentável?**

Por fim, procurei perceber até que ponto há um interesse na questão do Desenvolvimento Sustentável e as suas implicações para o futuro da ilha, e de uma forma mais global para o futuro do planeta. A hipótese que aqui coloco aponta para a identificação de um interesse por parte da população pelas questões ambientais globais e entusiasmo no facto de ser Reserva da Biosfera, mas esse entusiasmo terá que ser canalizado e orientado pelas entidades oficiais de forma a potenciar a vários níveis (económico, turístico, social) uma classificação desta natureza.

3.2 Estratégias Metodológicas

A primeira fase do trabalho foi dedicada à pesquisa bibliográfica e trabalho de enquadramento sobre o tema que pretendia abordar e investigar. Numa segunda fase foi indispensável a realização de uma série de entrevistas, implicando uma deslocação à Ilha do Corvo para a sua realização. Junto dos habitantes procurou-se recolher informações, compreender e analisar as suas percepções sobre os temas ambientais e, por fim, estudar as estratégias usadas para lidarem com as transformações socioeconómicas decorrentes da classificação da ilha como Área Protegida, mais especificamente como Reserva da Biosfera.

O trabalho de campo na ilha do Corvo decorreu no Verão de 2013 e, no total, foram realizadas dezasseis entrevistas, conduzidas de forma semi-aberta com o intuito de explorar interações e subjectividades menos passíveis de serem captadas através de perguntas direccionadas e/ou de metodologias quantitativas. Nesta forma de entrevista, também designada por semi-directiva, há uma verdadeira troca em que o entrevistado tem a oportunidade de revelar as suas percepções e experiências sobre um determinado acontecimento (Quivy, 2002).

Relativamente às condições de realização das entrevistas, foi relativamente fácil que as pessoas acedessem ao pedido de gravação. Embora o período do trabalho de campo tivesse coincidido com as vésperas de um acto eleitoral - no caso concreto as eleições dos órgãos municipais locais - e de as pessoas poderem ter visto isso como algo invasivo na sua privacidade, estas mostraram-se bastante disponíveis e colaborativas.

O universo da amostra abrange entrevistados sem qualquer ligação institucional ao processo de classificação, e por outros com ligações institucionais, directas ou indirectas, pré-existentes e/ou actuais.

Apesar de já haver alguns contactos pré-estabelecidos, no caso dos entrevistados sem ligações institucionais a estratégia bola-de-neve funcionou na perfeição, com uns entrevistados a sugerirem outros entrevistados que se enquadravam nos nossos objectivos de entrevista.

As entrevistas tiveram uma duração média de 40 minutos e foram apoiadas por um guião de seis questões-chave que depois se alargaram a outras questões, tendo sempre a pergunta de partida como trave mestra. Entender as representações que os corvinos têm sobre a ilha; interpretar as transformações que têm ocorrido; perceber a forma como entendem o conceito da Biosfera; avaliar o processo de classificação; analisar os impactos no quotidiano; compreender as perspectivas de futuro face às recentes transformações socio-económicas são algumas das preocupações de base teórica e empírica traduzidas no guião.

3.3 Caracterização dos entrevistados

Na selecção dos entrevistados procurou-se abranger várias faixas etárias, desde o escalão 10-20 anos até ao escalão de mais de 65 anos. Procurou-se também que houvesse um equilíbrio entre entrevistados do sexo masculino e do sexo feminino e que também houvesse um abarcar de várias profissões que representassem de certa forma todo o tecido socioeconómico da ilha, desde a agricultura às pescas, passando pelos sectores dos serviços, da educação e do turismo. E como já referido no terceiro capítulo, neste conjunto de entrevistados foram incluídos actores institucionais, como os actuais e antigos autarcas e o responsável máximo do Parque Natural da ilha do Corvo. Ou seja optou-se por uma divisão entre dois grupos de entrevistados, em que no grupo institucional foram realizadas três entrevistas, e no grupo da restante população realizou-se um conjunto de treze entrevistas.

Para que as entrevistas fossem analisadas de forma mais sistemática e de forma a extrair o máximo de informação relevante foram elaboradas três grelhas de análise, em que na primeira se procede à caracterização de cada entrevistado, na segunda faz-se uma análise de conteúdo avaliando as opiniões positivas e negativas sobre a Reserva da Biosfera e, finalmente, na terceira grelha de análise são apreendidas as percepções e as visões sobre o presente e o futuro da ilha enquanto Reserva e se abordam também as questões das relações institucionais e da

participação pública nas diversas acções que decorrem no âmbito da Reserva da Biosfera.

Capítulo IV

A ilha do Corvo no contexto de um Arquipélago Atlântico

4.1. Enquadramento geográfico e político-administrativo

O arquipélago dos Açores [Fig.3] localiza-se no Nordeste do Oceano Atlântico, na Dorsal Média Atlântica, a quase meio caminho entre a Europa e a América do Norte, embora mais próximo do primeiro continente (cerca de 1600km) integrando a região biogeográfica da Macaronésia, em conjunto com os arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde, e em que apesar da variedade climática partilham a origem vulcânica comum e muita da vegetação que cobre estas ilhas (Medeiros, 1987). No caso dos Açores a sua importância para a preservação do património natural é enorme, com uma elevada percentagem de representação nos Anexos I e II da Directiva Habitats⁴².

⁴² Designa a Directiva 92/43/CEE de Maio de 1992, cujo Anexo I lista os habitats a proteger e os Anexos II, IV e V as espécies a serem protegidas.

Figura 3: Enquadramento da região biogeográfica da Macaronésia



Fonte: Secção de Gestão e Planeamento Ambiental. Departamento de Biologia. Universidade dos Açores

O total da superfície dos Açores é de 2322 km², distribuídos pelas nove ilhas, desde os 746,8 km² da ilha de São Miguel aos 17,1 km² da ilha do Corvo. Isto representa apenas 2,6 % de todo o território português, mas atinge valores substancialmente diferentes quando falamos da importância dos Açores no todo do território nacional, no que diz respeito à área marítima. As nove parcelas açorianas encontram-se distribuídas por três grupos de acordo com a sua maior proximidade geográfica. Assim temos o Grupo Oriental, formado pelas ilhas de São Miguel (746,8 km²) e de Santa Maria (97,2 km²); o Grupo Central constituído pelo Pico (447,7 km²), Terceira (402,2 km²), São Jorge (245,8 km²), Faial (173, 1 km²) e Graciosa (61, 2 km²); o Grupo Ocidental com as ilhas das Flores (141,7 km²) e do Corvo (17,1 km²). Neste conjunto de ilhas localiza-se o local mais alto de todo o território português, a montanha da ilha do Pico, e o ponto mais ocidental de Portugal, a ilha das Flores.

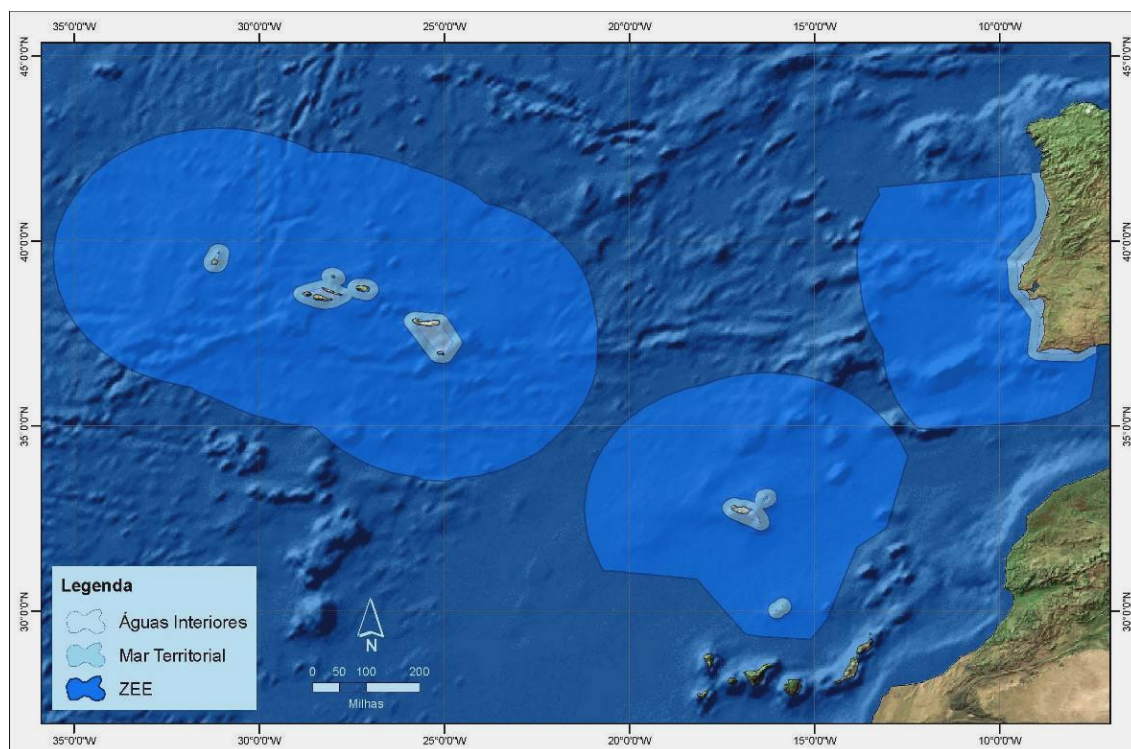
Duas das suas características mais relevantes, e sempre marcantes no seu desenvolvimento ao longo dos séculos, o isolamento e a insularidade (por vezes dupla, no caso das ilhas mais afastadas, como o Corvo), devem-se ao facto da grande

distância a que este conjunto de ilhas está do continente europeu, cerca de 1600 km (Medeiros, 1987). E mesmo entre as nove ilhas há uma distância considerável entre elas, sendo de 600 km entre as ilhas do Corvo e de Santa Maria, naquelas a que poderemos chamar de “pontas” do arquipélago. Contudo, é devido a esta enorme distância entre ilhas, que se deve o facto de Portugal ter uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) [Fig.4] bastante extensa - cerca de 953 000 km² - apenas devido aos Açores, o que representa 55% de toda a ZEE portuguesa e 16% da ZEE da UE).⁴³ Actualmente encontra-se em discussão nas Nações Unidas uma proposta portuguesa de alargamento da sua plataforma continental que vai permitir um aumento da sua Zona Económica Exclusiva para lá das actualmente permitidas duzentas milhas náuticas.⁴⁴

⁴³ ZEE é a sigla para Zona Económica Exclusiva e que corresponde à distância até 200 milhas da linha de costa de um país.

⁴⁴ <http://www.emepc.pt/images/stories/site2013/docsdivulgacao/fichapepc.pdf>

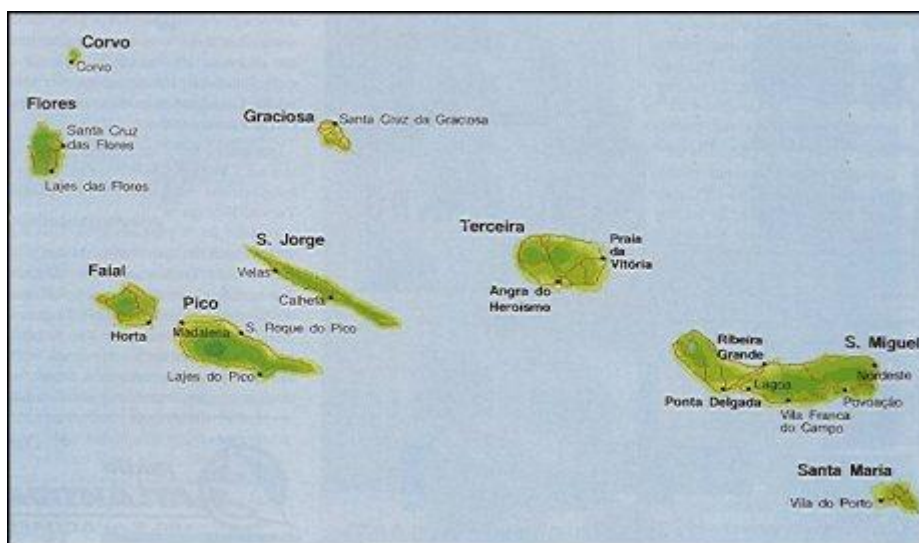
Figura 4: ZEE (Zona Económica Exclusiva de Portugal)



Fonte: Secção de Gestão e Planeamento Ambiental. Departamento de Biologia. Universidade dos Açores

Na vertente político-administrativa, os Açores têm, desde 1976, o estatuto de Região Autónoma, com um governo e parlamento próprios, conferindo-lhe largo poder legislativo sobre um grande número de áreas da governação como a educação, a saúde, a agricultura, as pescas, a cultura ou o ambiente. Quanto à divisão administrativa [Fig. 5] açoriana, existem 19 Concelhos espalhados pelas nove ilhas, sendo o mais importante e populoso o de Ponta Delgada (cuja sede de concelho é oficiosamente considerada a capital desta Região Autónoma), na ilha de São Miguel, e o menos populoso o de Vila do Corvo que tem a particularidade de ser o único local habitado da mais pequena ilha deste arquipélago.

Figura 5: Divisão administrativa dos Açores



Fonte: www.uac.pt

Em termos populacionais [Quadro 4], os Açores têm 246 102 habitantes, de acordo com os últimos Censos realizados em 2011, sendo a ilha de São Miguel a mais populosa e a ilha do Corvo a parcela com menos população, sendo, aliás, em conjunto com a ilha das Flores, os territórios mais afastados dos centros de decisão e com menos população residente.

Quadro 4: Área, População e Densidade populacional dos Açores, 2011

	Área (Km ²)	População	Densidade Pop. (Hab./ Km ²)
Santa Maria	97,2	5.547	57,1
São Miguel	746,8	137.699	184,4
Terceira	402,2	56.062	139,4
Graciosa	61,2	4.393	71,8
São Jorge	245,8	8.998	36,6
Pico	447,7	14.144	31,6
Faial	173,1	15.038	86,9
Flores	141,7	3.791	25,8
Corvo	17,1	430	25,1

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

A ilha do Corvo é descrita no século XVII por Frei Diogo das Chagas como sendo uma ilha “(...) muito alta, e toda descoberta, e redonda como uma bola; pode ter uma légua de grandeza em quadra; é toda um castelo cercado de rochas muito altas, não íngremes a pique mas lançantes, e em poias que vai fazendo, subindo sempre para terra, de modo que faz maior pé do quem coroa; e assim que andando-se em roda por terra em menos de meio dia, por mar há de-se gastar mais de um dia. Não é nestas terras altas toda chã, e plana mas de lombas, ladeiras, e varges. Não tem pico desigual porque toda ela é um pico. Ao sul da ilha ficam umas terras baixas limitadas por duas pontas, uma a nordeste e outra a noroeste (...) ” (Lages, 2000)

Como já foi referido, o Corvo é a mais pequena ilha dos Açores (apenas 17,1 km²) e a menos povoada (430 habitantes segundo os Censos de 2011). Localizada na parte noroeste do Arquipélago dos Açores, forma, em conjunto com a Ilha das Flores, o Grupo Ocidental, formando o conjunto de ilhas mais distante do centro económico da Região Autónoma dos Açores e da capital portuguesa, Lisboa. Geologicamente tem a particularidade de, tal como a vizinha ilha das Flores, se localizar já na placa tectónica americana, a Oeste da Dorsal Média Atlântica, o que faz com que a actividade sísmica nesta zona do arquipélago seja quase inexistente, ao contrário das restantes sete ilhas açorianas. O facto de se localizar já a ocidente da Dorsal Média Atlântica faz com que a ZEE portuguesa já acima referida seja extensíssima e daí a enorme importância geoestratégica, a ilha do Corvo, e o facto de ser habitada em permanência desde há séculos. A sua única povoação situa-se na parte sul da ilha, a mais abrigada das intempéries do clima. Devido ao seu relevo relativamente plano, permitiu o crescimento de uma pequena vila, primeiro muito concentrada em caminhos e ruas estreitas que se estendiam ligeiramente até ao início das zonas mais elevadas e, depois, alargando-se para oeste, onde tem crescido a chamada “parte nova” da vila, com um outro tipo de ordenamento urbano, com ruas mais largas e permitindo a instalação de novos equipamentos de grande relevo social para a pequena comunidade, como sejam as instalações escolares, as de apoio aos idosos ou um pavilhão multiusos para actividades recreativas e culturais.

O clima da ilha, tal como de uma maneira geral de todo o arquipélago dos Açores, tem como características principais o ser temperado, sem grandes amplitudes

térmicas, com elevadas taxas de humidade relativa do ar, com poucas horas de insolação, períodos de chuva habituais e abundantes e um regime de ventos com elevada intensidade e bastante frequente, condicionando muitas vezes o acesso por via aérea e marítima a esta zona do arquipélago, advindo daí a denominação de ultraperiferia para as ilhas do Corvo e Flores. Mas é também devido a estas características climáticas, por vezes bastante extremas, que estas ilhas se transformaram em maravilhas naturais e em autênticos laboratórios da natureza.

Administrativamente esta pequena ilha é também concelho, tendo a particularidade de ter uma única povoação, a já referida Vila Nova do Corvo. Segundo o artigo 136º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores⁴⁵, ao município da ilha do Corvo, também são dadas competências genéricas próprias das freguesias, podendo-se então dizer que Vila Nova do Corvo é ao mesmo tempo sede de Concelho e de freguesia, embora esta designação não seja oficial.

4.2. Abordagem histórica da descoberta e povoamento da ilha.

Alguns historiadores, como Jaime Cortesão, colocam a hipótese destas duas ilhas mais ocidentais já serem do conhecimento de navegadores anteriores à chegada dos portugueses. Aliás, a ilha do Corvo era conhecida como Ilha do Marco pelos navegadores, pelo facto de servir de referência para a orientação em relação ao restante arquipélago e para tirar o rumo em direcção à América do Norte. Em mapas genoveses do século XIV, existem referências, ao que tudo indica, as estas duas ilhas; mas só em meados do século XV (em 1452), é que se dá a descoberta oficial por Diogo de Teive, que regressava duma possível expedição à Terra Nova, alguns anos depois da descoberta das primeiras ilhas do arquipélago dos Açores (Medeiros, 1987). Tomando como referência Damião Peres, terá sido entre 1448 e 1460 que se terá dado a descoberta das duas ilhas mais ocidentais do arquipélago açoriano, e a data de 1452 a mais provável, porque data de 1453 a carta de Doação em que o Rei de Portugal

⁴⁵ Artigo 136 do Estatuto Político-Administrativo dos Açores: “ O município da ilha do Corvo, por condicionalismos que lhe são próprios, é o titular das competências genéricas das freguesias, com as devidas adaptações, no respectivo território.”

recebeu a ilha do Corvo (Lages,2000). Curiosamente, nos primeiros tempos após a descoberta, o nome Flores era aplicado tanto à Ilha das Flores, como à ilha do Corvo propriamente dita, que era aliás considerada muitas vezes apenas um ilhéu da ilha vizinha. No início do século XVI dão-se as primeiras tentativas de povoamento da ilha. Só que, devido ao isolamento e à grande distância a que ficavam as ilhas com maior relevância económica e política, a ilha é rapidamente abandonada, e apenas em meados desse mesmo século se dá o povoamento efectivo e definitivo da ilha. Este hiato na ocupação definitiva da ilha será possivelmente devido à sua pequena dimensão, ao grande grau de isolamento a que as populações estariam sujeitas e às extremas dificuldades de comunicações existentes, com as ligações marítimas a realizarem-se com grandes intervalos entre as escalas. Depois de muitos avanços e recuos nas tentativas de povoamento, será por intermédio de um conjunto de escravos, que a mando do Capitão do Donatário se iniciarão os trabalhos agrícolas e a introdução de gado na ilha. Embora na época da primeira tentativa de povoamento já tivessem sido deixadas algumas cabeças de gado, dão-se as primeiras transformações na paisagem, contribuindo para a presença efectiva e definitiva de populações, o que seria reforçado cerca de 1580 com a deslocação de colonos da ilha vizinha das Flores, do outro lado do canal. Segundo Lages (2000: 45): “ *No Corvo foi mais difícil fixar população, apesar do seu povoamento ter sido simultâneo ao das Flores. Antão Vaz Homem, (...) terá sido o primeiro povoador desta minúscula ilha. Diz Chagas que, recebida a doação régia, Antão Vaz pegou na família e, juntamente com Fonseca e demais povoadores por ambos recrutados, se fixou no Corvo e ali viveu alguns anos. (...) Apesar de a ilha ser habitada (...) Antão Vaz, desiludido por ela não dar o que ele esperava e por não adiantar muito no seu povoamento, foi-se embora e arrendou-a a dois ou três filhos de Pedro de Barcelos (...). Também estes deixaram a ilha sem a povoarem. Antão Vaz regressou então da Terceira, vendeu o Corvo ao capitão da ilha das Flores, Gonçalo Sousa da Fonseca, e aqui se fixou. Este mandou logo escravos seus para o Corvo, a fim de cultivarem a terra e cuidarem do muito gado que lá tinha. (...)*”.

As primeiras décadas do século XVII seriam de estabilização da presença na ilha, com a construção de habitações e a continuação da exploração agrícola e expansão da pastorícia, com as consequentes modificações na paisagem e

ecossistemas da ilha. Posteriormente, a vida corvina será marcada pela presença de corsários e piratas, visitas frequentes da ilha, quer fosse por meio de ataques em busca de víveres e água, quer por meios mais pacíficos, com acordos com a população corvina, permitindo a troca de alguns produtos necessários às duas partes e daí a sua importância mercantil (Lages, 2000). Aliás, os Açores no seu todo, mas em particular as ilhas mais pequenas, eram um alvo fácil para os ataques de corsários e piratas (Rocha *et al.*, 2005).

Quanto à ocupação do território pelas populações, embora já referida brevemente no subcapítulo anterior, ela deu-se apenas numa parte da ilha, mais virada a Sul, por se situar numa espécie de planície mais abrigada e mais acessível para as embarcações que ali demandavam, ao contrário das vertentes Norte e Oeste, muito mais desabrigadas e expostas aos ventos e às chuvas abundantes, e por isso não permitiam nem as práticas agrícolas, nem a fixação de população. Contudo, com o aumento populacional, houve uma expansão das práticas agrícolas, sobretudo da pastorícia, para mais perto das zonas elevadas da ilha. Porém, apesar do crescimento do número de habitantes, a parte sul da ilha continuou a ser a única onde existe um aglomerado habitacional (Lages, 2000).

Em termos económicos e depois da opção definitiva pelo povoamento permanente, havia uma grande predominância das actividades agropecuárias. A criação de gado, a caça às aves e a agricultura eram as actividades principais dos corvinos. Também a fabricação de tecidos de lã e de linho, o abate de madeiras e o fabrico de sal, tinham alguma importância económica (Lages, 2000). Um facto curioso relaciona-se com a caça às aves que se fazia nesta época (fins do século XVI, princípios do século XVII) na ilha. Devido ao grande número de aves que por ali passavam, era uma actividade que permitia um bom sustento aos corvinos, através da carne, da gordura e das penas, havendo mesmo a exportação para outras ilhas do arquipélago (Lages, 2000). Fora deste contexto histórico, e que será abordado mais tarde, alguns séculos depois, o negócio das aves regressou ao Corvo, mas agora numa faceta mais pedagógica e ecológica, com a vinda de algumas dezenas de observadores de pássaros⁴⁶ de vários pontos do mundo, e que no início do Outono esgotam a pequena

⁴⁶ O mais comum é serem conhecidos pela designação internacional, birdwatchers.

hotelaria local). Todavia, e apesar do negócio da caça, naquela época havia uma certa preocupação na protecção das aves, com a proibição de se caçar em épocas de nidificação. Tratava-se de proteger, para depois retirar algum proveito da situação.

Durante o Século XVII, a realidade económica da Ilha do Corvo agravou-se com o aumento das dificuldades de produção agrícola. Devido à força dos ventos e à pressão demográfica, a qualidade dos solos degradou-se e a produtividade decaiu, e o facto das técnicas utilizadas serem demasiado arcaicas também não ajudou na recuperação económica.

O final do século XVIII e o século XIX são marcados pela migração dos corvinos para as Américas, quer do Norte, com os Estados Unidos no topo das preferências, quer do Sul, aqui com o Brasil a liderar as escolhas da população corvina.

“ (...) O Corvo contribuiu com um número de emigrantes muito elevado relativamente à sua população. (...) A emigração fazia-se, como ainda se diz na ilha, «por alto». (...) Pela calada da noite, em pequenos botes, num trecho de costa que oferecesse mais segurança, fazia-se clandestinamente o embarque (...)” (Medeiros,1987:103).

Este fluxo migratório foi a forma encontrada por muitos habitantes, quer das Flores, quer do Corvo, para a fuga às cada vez maiores dificuldades económicas que se faziam sentir, com cenários de miséria acentuada. Podemos destacar o recrutamento na ilha de homens para integrarem as frotas baleeiras americanas, e que ao longo de décadas, sobretudo no último quartel do século e até à Primeira Guerra Mundial, será o destino de eleição da emigração corvina e que posteriormente irá deixar marcas no movimento populacional deste pequeno território insular. Se no início desta corrente migratória, havia um regresso à ilha depois de alguma acumulação de riqueza, mais tarde acabará por haver uma permanência definitiva de muitos corvinos nos Estados Unidos da América, sobretudo na segunda leva de emigrantes na década de sessenta (Medeiros, 1987).

O século XX é marcado pela quebra de muitas das barreiras que deixaram o Corvo isolado nos séculos anteriores; essas alterações acontecem sobretudo nas últimas décadas do século, uma vez que as primeiras décadas continuam a ser marcadas por um fluxo migratório intenso, tendo como principal destino os Estados Unidos da América. Uma das razões para a quebra desse isolamento foi a inauguração do aeroporto na vizinha ilha das Flores, em finais da década de 60 e, depois, com ligações regulares já na década de 70 com escalas da companhia aérea regional Sata. Apesar de ainda ser necessário uma viagem por barco do Corvo para as Flores, foi o primeiro sinal de que novos tempos chegariam em termos de ligações com outros mundos. Em 1983, passam a estar ainda menos isolados, com a inauguração da sua própria pista de aviação, que tem sofrido melhorias significativas ao longo dos anos, permitindo que actualmente haja ligações regulares quase diariamente a outras ilhas através da companhia aérea regional, SATA.

Para além das ligações aéreas, há a destacar o enorme salto na qualidade das ligações marítimas. Se durante centenas de anos, essas ligações quer com a vizinha ilha das Flores, quer ainda mais com o resto do arquipélago, eram deficientes ou mesmo inexistentes, em finais do século XX dá-se a ampliação e melhoria do porto comercial da ilha, permitindo ligações comerciais e de passageiros regulares com as restantes ilhas, apesar de muitas vezes ainda tal ser dificultado pelas más condições meteorológicas que fustigam a ilha, sobretudo durante o Inverno. Em relação às comunicações telefónicas e de internet, depois de anos de imensas dificuldades, sobretudo em épocas de fortes temporais, recentemente isso foi ultrapassado com a ligação ao mundo através de um cabo de fibra óptica instalado entre o Grupo Ocidental e a ilha do Faial, e que resultará numa autêntica revolução nas comunicações da parcela mais remota de Portugal. Também uma das grandes revoluções das últimas décadas, foi a instituição na ilha do Ensino Secundário, pelo menos até ao décimo segundo ano, alargando a possibilidade de muitas mais pessoas estudarem, estancando a sangria que era a saída de jovens adolescentes para irem estudar para outras ilhas do arquipélago.

4.3. Quadro demográfico e realidade socioeconómica

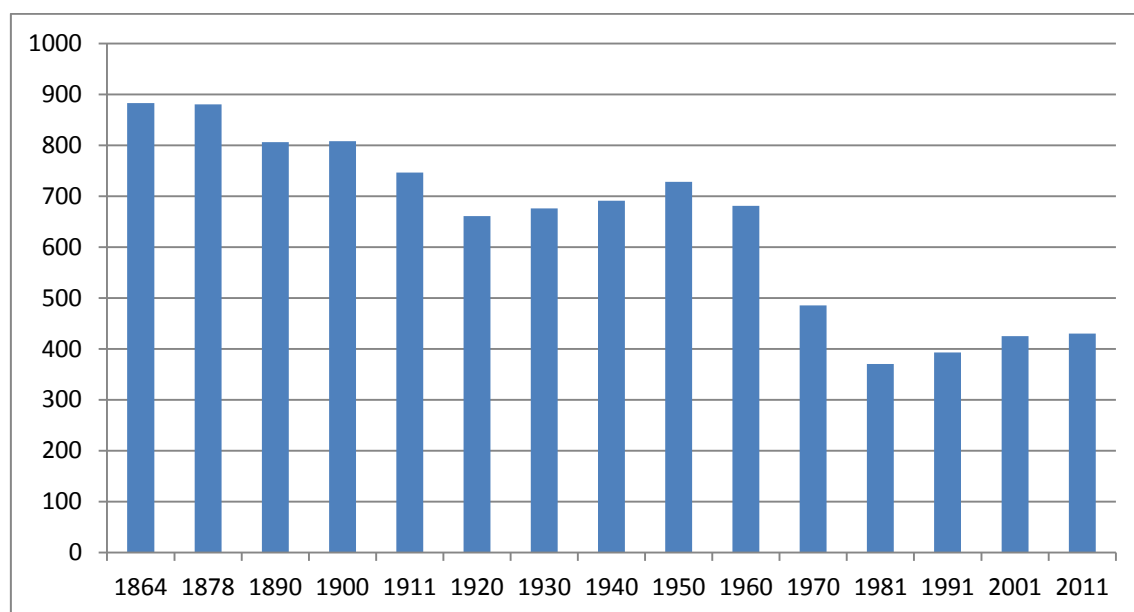
No que diz respeito à demografia corvina, desde meados do Século XIX, até aos dias de hoje, houve sempre uma relação directa com as correntes migratórias. Até à segunda década do século XX assistiu-se a uma diminuição da população, resultado (já referido no subcapítulo anterior) de uma forte emigração, sobretudo para os EUA, grande parte dela clandestina, embarcando nos barcos baleeiros norte-americanos. Com a procura de melhores condições de vida e fugindo à pobreza da ilha, o total populacional reduz-se de cerca de 900 habitantes, em 1864, para cerca de 650 habitantes em 1920 [Fig. 6]. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, com a I Guerra Mundial e a Grande Depressão a seguir à Crise de 1929 e devido a restrições por parte dos EUA (Johnson-Reed Act⁴⁷), dá-se um recuo na emigração e o consequente crescimento da população da ilha, atingindo-se os quase 800 habitantes no início da década de 50. O fluxo migratório só volta a ganhar relevo no final da década de 50 e toda a de 60, com o aumento do contingente de corvinos em direcção aos EUA (em resultado do Kennedy-Pastore Act⁴⁸) resultando num novo decréscimo populacional, que levaria ao mais baixo número de habitantes, cerca de 370, registado em 1981. Curiosamente, e sobretudo nos anos 90 do século passado, volta a haver um aumento populacional, em contraciclo com as chamadas pequenas ilhas, devido à alteração das condições de oferta de emprego na ilha (resultante em grande medida do aumento de oferta por parte da Câmara Municipal), que permitiram aos jovens a fixação na sua terra natal e ao estabilizar da população. Nos últimos Censos, realizados em 2011, a população total [Fig. 6] era de 430 habitantes, observando-se um ligeiro crescimento em relação a 2001, quando a população era de 425 indivíduos, o que representa 25 habitantes por km², havendo até um certo rejuvenescimento da população [quadro 5]. Este aumento populacional, que também já se tinha registado no período 1991-2001, deve-se à construção e ampliação de algumas infraestruturas,

⁴⁷ Regime Legal regulador da imigração para os Estados Unidos que vigorou entre 1924 e 1965 e que limitava a entrada de imigrantes em território norte-americano.

⁴⁸ Legislação especial aprovada pelo Congresso dos EUA e que permitiu a emigração de residentes nos Açores na sequência da erupção do Vulcão dos Capelinhos em 1958.

destacando-se os equipamentos escolares que permitiram a chegada de um maior número de docentes, e os equipamentos sociais que deram garantias de emprego público estável a parte da população (PEE,2011-2014).⁴⁹

Figura 6: Evolução da população da Ilha do Corvo, 1864-2011



Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

Quadro 5: Distribuição por faixa etária da população da ilha do Corvo 2001-2011

Faixa Etária	População 2001	População 2011
0-14 anos	54	61
15-24 anos	71	34
25-64 anos	219	263
Mais de 65 anos	81	72

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

⁴⁹ PEE (Projecto Educativo da Escola EBS Mouzinho da Silveira)

Em relação à realidade socioeconómica, é importante realçar o facto de estarmos a falar de um pequeno território, isolado no meio do Atlântico, apesar de integrado numa Região Autónoma, com um reduzido contingente populacional. Tudo isto tem reflexos significativos nas condições de vida da população. Apesar de as condições terem melhorado significativamente nas duas últimas décadas, continua a existir o grande e inultrapassável obstáculo do isolamento físico e daquilo que normalmente é apelidada de ultra-insularidade e ultra-periferia. O espaço das ilhas tem uma característica específica que é o facto de ser uma estrutura territorial cujos limites se impõem à atenção e à acção humana. O espaço insular pode também ser definido por uma extensão naturalmente limitada por “referências” definitivas, as fronteiras, que não podem ser alargadas pela acção humana (Gonçalves, 2000).

Contrariando um pouco a ideia que se tem desta pequena ilha e dos dados dos últimos Censos, destaca-se a cada vez maior importância do Sector Terciário, por oposição à menor relevância do Sector Primário, havendo assim uma mudança importante de paradigma em que são cada vez menos as pessoas que dependem exclusivamente do Sector Primário, nomeadamente da pecuária, em resultado do crescimento das oportunidades de emprego no sector público, quer através do Município, quer através do sector da educação e também da assistência social. Dados de 2008 indicavam que a percentagem de trabalhadores pertencentes ao Sector Terciário era de 69% e com uma provável tendência para aumentar. Convém também salientar o facto de muitas das pessoas que trabalham na área dos serviços terem também aquilo a que se poderia designar como um part-time na agropecuária, com algumas cabeças de gado bovino e pequenas explorações de onde retiram produtos hortícolas. É comum ouvir-se a população, com idade acima dos 40 anos, queixar-se de que os mais jovens já não se interessam pelas actividades agropecuárias e não estão para fazer o esforço de acordarem mais cedo, quase de madrugada, para, ao sabor dos humores meteorológicos, irem cuidar das terras e dos animais. A oferta de emprego no sector dos Serviços resulta numa baixa taxa de desemprego, que em 2011 era de 6,3%, segundo os dados do INE. Contudo, sendo a empregabilidade quase totalmente dependente do emprego público, isso poderá colocar grandes problemas no futuro

desenvolvimento económico da ilha em caso de grave crise económica e com a tendência para o esvaziamento do sector público, que já se está a verificar. Existe a possibilidade de que, dentro de poucos anos, parte da população corvina tenha que se voltar mais regularmente para as práticas agrícolas (contrariando a ideia actual da população mais velha) ou, em alternativa, apostar cada vez mais fortemente nas actividades relacionadas com o turismo de natureza, aproveitando o facto da ilha ser Reserva da Biosfera da Unesco, ou eventualmente emigrar.

Quanto ao sector das pescas, apesar da situação geográfica privilegiada e da grande abundância e diversidade de pescado, nunca foi uma actividade com grande relevância económica para os corvinos. A maior parte das vezes, a pesca não passa de uma forma de subsistência, quase em jeito de ocupação dos tempos livres. Esta tendência da pesca não ter particular relevância no tecido económico da ilha já vem de há muitos séculos, como descreve Lages (2000), quando diz que os corvinos não praticavam a pesca marítima por falta de embarcações. Não quer dizer que não haja quem faça da pesca o seu modo de vida, mas o impacto na economia da ilha é reduzido. Segundo dados do SREA de 2009, o sector das pescas representa 5% do total de emprego da Região Autónoma dos Açores e 40% das suas exportações. No caso do Corvo [Quadro 6], o valor total da pesca quase não atingia os 0,5% do total do pescado descarregado nos portos açorianos. Claro que isto também tem directamente a ver com as condições deficientes do único porto da ilha, que não permite operações em segurança durante o inverno. O que permite que a ilha do Corvo seja uma espécie de santuário das espécies piscícolas açorianas, em resultado desta reduzida actividade por parte dos locais e a algum controlo efectuado às embarcações que se deslocam de outros pontos do Arquipélago e mesmo do estrangeiro, sobretudo os arrastões espanhóis.

Quadro 6

Dados sobre o sector das pescas na Região Autónoma dos Açores

	Nº de Empresas	Volume de Negócios (milhares de euros)	Nº de pessoas ao serviço
Açores	497	49. 036	1384
Ilha do Corvo	6	297	8

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), 2008

Neste contexto, o sector do turismo poderá ser aquele que tem mais condições para um crescimento sustentado, mas que não pode ser desligado de um sector essencial que é o dos Transportes. Um e outro estão umbilicalmente ligados, sobretudo num espaço insular com as características das do Corvo. Na década de 1980, deu-se início à grande revolução nas condições de acesso à mais pequena ilha açoriana. Se antes estavam dependentes exclusivamente das ligações marítimas para o transporte de passageiros e mercadorias, e sabendo como são as condições do Atlântico Norte sobretudo no Inverno, a partir dessa década passa a ser possível a ligação por via aérea. No início de uma forma menos regular, mas duas décadas depois já com uma regularidade que permite à população deslocações ao resto do mundo, e permite ao mundo deslocações ao Corvo. Estas melhorias significativas no sector dos transportes tiveram como consequência o aumento dos fluxos turísticos, sobretudo durante o Verão e início do Outono. Ainda com uma reduzida oferta de alojamento, é notório o crescimento de dormidas ao longo da última década (Quadro 7). Quando o facto de ser Reserva da Biosfera for mais explorado, poderá haver um crescimento mais acentuado, mas sempre dentro dos limites de um território que é protegido. Um dos fenómenos mais interessantes dos últimos anos tem sido o crescimento do turismo no início do Outono, através da vinda à ilha de algumas dezenas de “birdwatchers”, que aqui encontraram um local privilegiado de observação de aves em rotas de migração entre as Américas e a Europa. Um fenómeno que tem permitido uma fonte de rendimento extra à restauração e ao sector do alojamento.

Quadro 7: Total de dormidas nos Açores e ilha do Corvo

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2012	2013
Açores	249.179	239.796	281.419	281.419	337.213	...	353.479	954.840	579.160*
Corvo	347	252	29	90	58	358	440	1.120	845*

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) *dados até Julho de 2013⁵⁰

Numa ilha isolada no Atlântico, as questões da energia são essenciais para o bem-estar da população. Se em boa parte do século XX a ausência de energia eléctrica foi quase regra, nas últimas décadas essa realidade alterou-se, primeiro com a utilização de energia térmica produzida por uma Central que funciona a fuel e mais recentemente com o surgimento de projectos que permitem o aproveitamento da energia solar e eólica e que foram abordados noutro capítulo deste trabalho.

4.4 A criação da Reserva da Biosfera na Ilha do Corvo

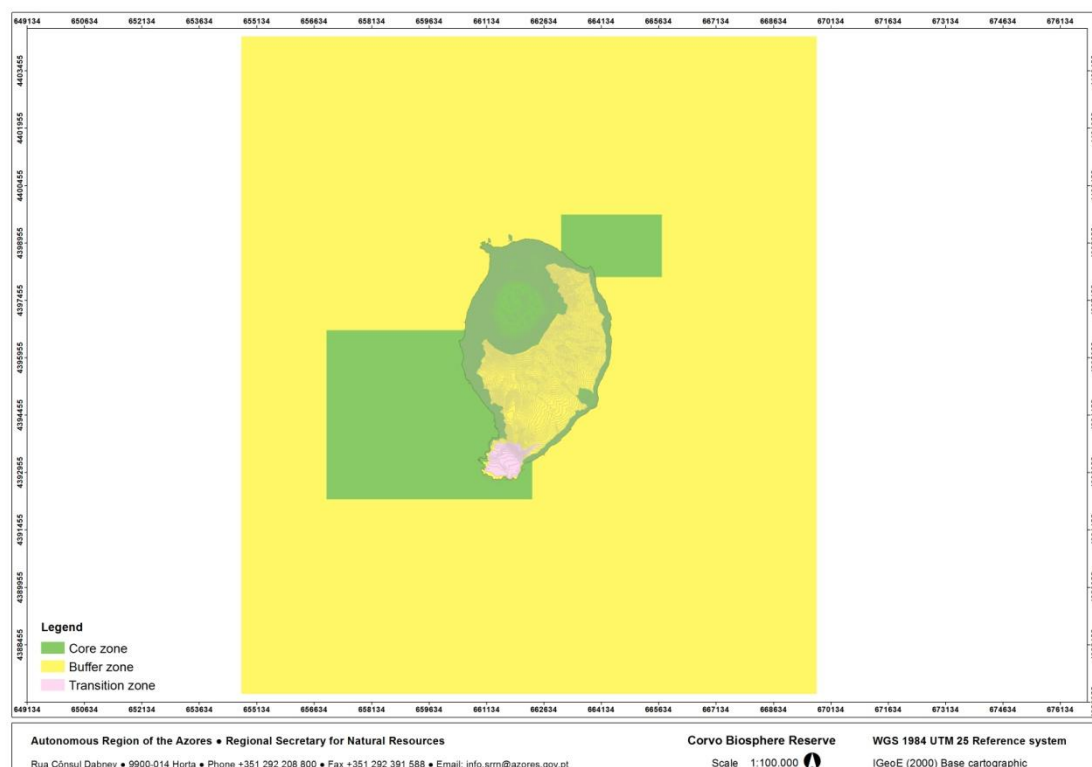
4.4.1. A elaboração da candidatura e que passos se deram desde a criação à actualidade.

No caso da ilha do Corvo, o caso de estudo desta tese, foram propostas as diferentes zonas [Figura 7] como está estabelecido na nomenclatura das Reservas da Biosfera (Zonas-Núcleo, Zonas- Tampão e Zonas de Transição) com uma área total de 25.852 hectares. As Zonas-Núcleo (3.027 ha) apresentadas foram constituídas por sítios classificados no âmbito da Rede Natura 2000 da União Europeia, zonas especiais de protecção de recursos marinhos e do então Parque Natural Regional do Corvo. As Zonas- Tampão (22.749ha) compostas por terrenos públicos e privados ou zonas marinhas e as Zonas de Transição (75ha) constituída por terrenos urbanos ou urbanizáveis, quer sejam públicos ou privados. Também no processo de candidatura

⁵⁰ Não foi possível ter dados dos anos de 2009, 2010 e 2011

foram ressalvados os principais tipos de ecossistemas da ilha: húmido de altitude, arribas costeiras, costeiros de baixa profundidade, marinhos de oceano aberto e grande profundidade.

Figura 7: Diferentes zonas da Reserva da Biosfera da ilha do Corvo



Fonte:

<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn- natureza/conteudos/livres/Reserva+da+Biosfera+do+Corvo.htm>

Decorria o ano de 2005 quando o Governo Regional dos Açores, por intermédio da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, iniciou os procedimentos para a apresentação de uma candidatura conjunta das ilhas do Corvo e da Graciosa a Reservas Mundiais da Biosfera da Unesco. Essa decisão baseava-se nas características únicas destes espaços: “Uma ocupação prolongada, o cultivo e criação animal tiveram como resultado uma paisagem humanizada de significância cultural elevada, mas,

mesmo assim, foram preservadas áreas que servem de refúgio para valores biológicos e ecossistêmicos únicos” (Processo de candidatura,2007: 11), em particular no caso da Ilha do Corvo: “ A existência de valores ecológicos e ambientais relevantes para a conservação da biodiversidade tanto a nível regional como mundial, em conjugação com a existência de uma ocupação humana histórica num núcleo urbano concentrado e restrito com uma população reduzida e, portanto, facilmente mobilizável, faz da ilha do Corvo um sítio particularmente orientado para fomentar o desenvolvimento humano e económico de uma forma ecológica e culturalmente sustentável” (Processo de candidatura,2007: 15)

Por outro lado, a decisão de apresentarem uma candidatura de dois locais em simultâneo ia no sentido de assim haver vantagem na conjugação de vontades e sinergias na elaboração desse plano, para além de uma redução dos custos envolvidos num projecto desta natureza. Uma das grandes vantagens que as entidades regionais viam como potencialmente agregadoras de vontades para o sucesso da candidatura era o facto de serem ilhas com baixos índices de poluição, de ambas possuírem uma boa qualidade costeira e de haver alguns produtos locais que se poderiam transformar em mais-valias tanto para a ilha, como de uma forma mais alargada para a Região Autónoma dos Açores, no caso da ilha do Corvo o queijo produzido artesanalmente a partir do leite de vaca. Acreditava-se que a marca “Biosfera” representaria uma valorização máxima dos produtos insulares. Para além do Governo Regional, houve o envolvimento e empenho máximo da Câmara Municipal do Corvo, que representava a forma de contacto mais próximo e imediato com a comunidade local. Em Março de 2006, no documento do Município em que se dá o apoio formal à candidatura, releva-se a enorme importância ao nível económico e social dessa decisão dos órgãos regionais. É também destacado o papel que a população terá que desempenhar para daí resultarem vantagens para o tecido social e económico da ilha. Também no mesmo ano há o empenho pessoal do então Presidente do Governo Regional dos Açores para o sucesso desta candidatura tendo ciente que a certificação e a garantia da manutenção da qualidade ambiental são preponderantes para os Açores de uma forma geral, e para o Corvo em particular.

Também no processo de candidatura se apontavam algumas características que poderiam ser importantes para o crescimento sustentado do sector do turismo:

- Boas condições habitacionais;
- Características geográficas favoráveis à realização de percursos pedestres⁵¹;
- Forte concentração do povoamento num contexto de baixo potencial demográfico;
- Plano Director Municipal elaborado;
- Diversidade natural;
- Política ambiental implementada;
- Riqueza a nível do património histórico-cultural;

Nos últimos anos foram publicadas algumas portarias e Decretos Regionais que dizem directamente respeito à Ilha do Corvo e à Marca Biosfera.

Durante o ano de 2008 através do Decreto Regional nº44/2008/A de 5 de Novembro⁵² foi criado o Parque Natural da Ilha do Corvo⁵³ que é a entidade principal na gestão da Área Protegida integrante da Reserva da Biosfera e o órgão que gere e implementa medidas de preservação e sensibilização ambiental. Para além das colaborações já referidas com a SPEA ou com o projecto Green Islands tem-se revelado de uma extrema importância na questão da aproximação à temática do Desenvolvimento Sustentável, integrando um programa regional denominado “Parceiro para um Desenvolvimento Sustentável” em que se procuram formas de articulação entre as entidades oficiais e privadas para um desenvolvimento económico mais equilibrado e profícuo, nomeadamente na área do turismo de natureza.

⁵¹ http://wikitravel.org/pt/Caminhar_no_Corvo#b

⁵² <http://www.cvarg.azores.gov.pt/legislacao/Paginas/DLR44-2008.aspx>

⁵³ <http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/corvo/parque-natural>

No ano de 2011 o Governo Regional dos Açores publicou a Portaria nº27/2011 de 28 de Abril⁵⁴ onde se fixam as condições para passar a utilizar a marca e o logotipo “Biosfera Açores” uma das facetas distintivas que se pretende para o conjunto das três reservas da Biosfera açorianas. No caso do Corvo essa marca distintiva passou a ser utilizada para já no queijo local, produzido de forma artesanal, nos estabelecimentos hoteleiros e no negócio do artesanato. Para o futuro seria de todo importante que a marca “Biosfera Açores” passasse a estar presente no pescado que é exportado a partir da ilha do Corvo, ideia aliás defendida por um dos nossos entrevistados como sendo uma mais-valia para a pequena economia local.

Uma das formas de comunicação que tem permitido uma maior aproximação entre a entidade Parque Natural do Corvo e a população são as acções levadas a cabo junto da escola local através do Clube de Ambiente, tendo inclusive a escola local recebido o galardão de Eco-Escola. Através de actividades de educação ambiental há um despertar nos mais novos para todas as questões que se relacionam com o ambiente, seja com um contacto mais estreito com a flora e fauna local, seja com actividades relacionadas com o quotidiano como a sensibilização para a reciclagem e a redução do desperdício. Apesar desta interactividade entre as entidades públicas e a população escolar, há por vezes um certa repetição das actividades, o que poderá levar a algum cansaço por parte dos mais jovens numa aproximação mais profícua às questões ambientais, mas tendo também presente que nem sempre é fácil num espaço confinado de uma pequena ilha promover actividades muito variadas e apelativas. Também através do programa SOS-Cagarro (um programa regional de protecção de aves) procura-se um maior envolvimento com a população (aqui mais abrangente, desde os mais novos aos mais velhos), permitindo que se salvem muitos exemplares de Cagarro, uma espécie relevante da avifauna local. Outro programa regional que também tem grande expressão na ilha do Corvo, é o programa Entre-Mares em que, através de parcerias com entidades públicas e privadas, se procura um

54

<http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2011/S%C3%A9rie+I+N%C2%BA+63+de+28+de+Abril+de+2011/Portaria+N%C2%BA+27+de+2011.htm>

maior conhecimento dos mares dos Açores e um maior envolvimento na sua defesa e uso sustentável. Uma das facetas importantes na aproximação e comunicação com a população local é a realização de palestras sobre diversos temas que têm feito com que mesmo a população mais velha se sinta desperta para estas questões da biodiversidade, da sustentabilidade, de um desenvolvimento mais harmonioso e articulado, com olhos para futuro. Apesar de difícil, as entidades locais sentem que aos poucos vão conseguindo penetrar e alterar hábitos que estão enraizados há muitas décadas e contam sobretudo, e como já referido, com a ajuda da população estudantil que vão transportando para o quotidiano novos hábitos e novas formas de encarar um futuro da ilha mais sustentável (Entrevistado nº8, Agosto 2013).

4.4.2. Aplicação do estatuto de Reserva da Biosfera na Ilha do Corvo

No projecto de candidatura a Reserva da Biosfera destacava-se o facto da ilha do Corvo ser um local particularmente orientado para um desenvolvimento humano, económico, ecológico e culturalmente sustentável. Era também feita referência a projectos-piloto que permitiram desenvolver medidas de gestão ambiental que depois tiveram reflexo no todo regional, como por exemplo um plano de gestão na área das pescas desenvolvido por investigadores do Arquipélago. Essas experiências-piloto gravitaram sobretudo em torno do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, que ao longo dos anos tem tido uma especial atenção às questões da protecção marinha e costeira da ilha do Corvo. “ (...)A ilha do Corvo, por um lado, representou um exemplo para o desenvolvimento de um plano de gestão onde virtualmente todos os interessados podem ser ouvidos. Sendo a mais pequena e isolada das ilhas do arquipélago, o Corvo exhibe um ambiente costeiro ainda bem preservado e uma população interessada na conservação dos seus recursos. (...)” (Santos,2003)

Afinal esta característica de que uma Reserva deve servir como laboratório para projectar acções futuras em torno de um desenvolvimento sustentável é uma das

principais funções atribuídas ao que deverá ser uma Reserva da Biosfera em toda a sua plenitude:

“A implementação de uma Reserva da Biosfera facilitaria a criação de uma arena comum para a discussão e coordenação de várias actividades e ajudaria na reestruturação das actividades humanas de forma a ir de encontro ao objectivo de um desenvolvimento compatível com a conservação dos espaços naturais e da identidade cultural da população” (Processo de candidatura,2007:15).

Depois de receber a classificação de Reserva da Biosfera, uma das acções que teve maior impacto e adesão popular foi a recolha selectiva de resíduos, com a distribuição por todas as habitações da ilha de um conjunto de recipientes que permitem a separação dos diferentes tipos de lixo doméstico. Apesar de um ligeiro retrocesso devido a questões técnicas que impediram que essa recolha fosse efectuada da forma mais eficaz, acredita-se que algum do tempo perdido será recuperado e serão reforçadas as acções de sensibilização para a recolha selectiva. Esta acção da recolha selectiva dos lixos da ilha é o resultado da construção de um Centro de Processamento de Resíduos que vai permitir que sejam exportadas cerca de 500 toneladas de materiais recicláveis, sendo que os materiais orgânicos serão transformados em compostos e utilizados na própria ilha (Entrevistado nº8 e Gacs⁵⁵).

No contexto das acções que têm sido desenvolvidas na ilha do Corvo, o sector da Energia também representa um aspecto essencial da vivência corvina. De uma maneira geral, os Açores são um caso especial no que diz respeito à distribuição de energia, devido às condicionantes físicas do espaço e que obriga a pensar a vários níveis a forma como alimentar e distribuir a energia pelas nove ilhas. A produção de energia é feita sobretudo, mais de 96%, segundo dados do SREA⁵⁶ (Serviço Regional de Estatística dos Açores), a partir de combustíveis fósseis como o fuel, o gasóleo e a gasolina, se bem que haja um cada vez maior aproveitamento das energias hídrica,

⁵⁵ Gacs (Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores)

⁵⁶ <http://estatistica.azores.gov.pt/>

geotérmica e eólica. De realçar o caso da ilha das Flores, onde se conseguiu que, em alguns dias do ano, a produção fosse assegurada quase exclusivamente com o recurso às energias renováveis, nomeadamente a hídrica e a eólica. No caso específico do Corvo, a produção de energia era até há pouco tempo exclusivamente de origem térmica. Recentemente, deu-se início ao aproveitamento da energia solar, com a instalação de painéis solares em habitações (a 1ª fase já foi concluída, iniciando-se agora a 2ª fase com a instalação na parte antiga da vila). Isto vem permitir alguma poupança energética, já que permite o aquecimento da água das habitações, reduzindo o consumo de energia fóssil. O uso do gás condicionava muito a vida dos habitantes, sobretudo durante as estações do ano que se caracterizam por condições meteorológicas mais adversas, que provoca quebras no seu abastecimento por via marítima, que é aliás a única forma dos combustíveis chegarem à ilha. A instalação de painéis solares é parte integrante do projecto Green Islands⁵⁷, uma parceria do programa MIT-Portugal em colaboração com o Governo dos Açores e a Universidade dos Açores, que pretende desenvolver estratégias que possam fazer com que os Açores satisfaçam as suas necessidades energéticas com os recursos locais que tem ao seu dispor: “Os painéis solares, penso que não haverá nenhuma casa no Corvo que não tenha. A 1ª fase está concluída já há uns meses, foi a chamada zona nova da vila. E o resto irá arrancar em breve para a zona antiga. E este projecto vai muito além. Não se limita a painéis solares para aquecer a água; é o conjugar com outras possibilidades das energias renováveis como é o caso da eólica e de uma mini hídrica (aproveitamento da lagoa artificial). E é um dos principais projectos do MIT Portugal, que se chama Green Islands e que está com uma série de know-how açoriano como é o caso da EDA (Empresa de Electricidade dos Açores).” (Entrevistado nº7, Agosto 2013)

No caso do Corvo, esta estratégia de sustentabilidade energética tem tido a parceria essencial do Governo Regional dos Açores e, localmente, da Câmara Municipal. O que tem permitido que haja um interesse e um envolvimento da população corvina na implementação sustentável dos painéis solares. Podemos dizer que a ilha do Corvo serve de laboratório para a expansão futura destas redes de energia sustentáveis. Aliás um dos eixos fundamentais deste projecto é o de

⁵⁷ <http://www.green-islands-azores.uac.pt/>

desenvolver estratégias de energia para os Açores que sejam ao mesmo tempo verdes e inteligentes. Outro projecto, em vias de ser concretizado, que poderá contribuir ainda mais para a independência energética do Corvo, é o de conciliar duas formas de aproveitamento de energia ainda ausentes, a eólica e a hídrica. O objectivo é o de aproveitar a água retida numa lagoa artificial utilizada para o abastecimento da população, para a produção de energia por intermédio de uma mini-hídrica cuja água será bombeada de volta a essa mesma lagoa por meio da força eólica. Baseando-se numa das linhas-mestras de que uma Reserva da Biosfera serve como laboratório em que experiências dos mais diversos âmbitos poderão ser replicadas noutras zonas, esta ideia da sustentabilidade energética do Corvo poderá facilmente ser replicada noutras ilhas do arquipélago dos Açores e mesmo noutras zonas em que a exposição solar seja favorável.

Para além destas iniciativas a ilha do Corvo, em conjunto com o Ilhéu de Vila Franca na ilha de São Miguel, foram palco privilegiado para um projecto de parceria entre a SPEA (Sociedade para o Estudo e Protecção das Aves), a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a Câmara Municipal do Corvo e a Royal Society for the Protection of Birds com o objectivo de transformar as ilhas em santuários para as aves marinhas, financiado pela União Europeia no âmbito do Programa LIFE.⁵⁸ Desde 2009 têm sido desenvolvidas actividades que passaram pela recuperação de locais onde as aves fazem os seus ninhos, acções de educação ambiental em estreita colaboração com a escola local e acções de sensibilização na gestão e tratamento de resíduos.

Para o futuro, e antecipando um pouco o capítulo das conclusões, a aposta no turismo poderá ser uma das principais alavancas no desenvolvimento económico da ilha e um dos grandes desafios para a comunidade local. Apesar da marca “Biosfera” já começar a ser importante na chegada de turistas a este pequeno território açoriano, existem ainda algumas opiniões retiradas das entrevistas efectuadas de que para já o facto de ser Reserva da Biosfera não terá atraído muitos mais turistas para a ilha, havendo contudo outras opiniões bastante favoráveis ao facto de ter havido um aumento do fluxo de turismo. Um dos principais desafios de quem gere a ilha

⁵⁸ <http://life-corvo.spea.pt/pt/>

enquanto Reserva da Biosfera será o de conciliar os fluxos turísticos com a sustentabilidade ambiental. À ilha do Corvo nunca interessará o turismo de massas, mas sim um turismo mais informado e atento às questões da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. Um turismo de natureza que sirva ao mesmo tempo de complemento às outras actividades económicas da ilha, mas que abra janelas de oportunidade para que eventualmente venha a ser de futuro uma actividade-charneira no desenvolvimento da ilha. Essa será uma das tarefas principais das entidades regionais e locais e este turismo de natureza poderá ser um filão a explorar.

Inserido na área do turismo de natureza encontramos um importante nicho de mercado para a ilha do Corvo e que tem tido um crescimento sustentado nos últimos anos; falamos dos BirdWatchers que demandam o Corvo em busca de aves que arribam à ilha devido à sua situação privilegiada no Atlântico. Embora esse fenómeno já acontecesse antes da ilha ser Reserva da Biosfera, nos últimos anos tem aumentado, apesar de não existirem ainda dados estatísticos concretos.

Capítulo V

Análise e Discussão dos resultados

5.1-Análise das entrevistas

A análise efectuada ao conjunto das entrevistas realizadas permitiu que ficassem evidenciadas algumas das expectativas da população em relação ao facto de habitarem uma Reserva e permitiu igualmente aferir as suas opiniões no que respeita a benefícios e constrangimentos de habitar numa área protegida.

De uma forma geral, todos os entrevistados afirmam que o facto da ilha do Corvo ser considerada Reserva da Biosfera trouxe consequências positivas para a comunidade. Entre os principais efeitos positivos, os entrevistados destacam o aumento do fluxo de turistas para a ilha. Relativamente a este crescimento, o entrevistado nº 8 refere:

A preservação da natureza e o título de biosfera de certa forma é algo apelativo, nem que seja por curiosidade. E tem-se notado nos últimos 3/ 4 anos a nível de visitantes na época alta e mesmo já durante o inverno (...) (Entrevistado nº8, Agosto de 2013).

Contudo, alguns ainda têm algumas reticências em afirmar que tal crescimento se deva totalmente ao facto da ilha ser agora Reserva.

Outro factor positivo apontado resultado da criação da Reserva foi a aceleração na implementação da recolha selectiva de resíduos, apesar de algumas dificuldades iniciais na efectiva recolha e tratamento dos lixos. A este respeito, o entrevistado nº 9 sublinha ainda uma maior tomada de consciência e, gradual participação, por parte dos jovens:

(...) A reciclagem ainda não está a funcionar a 100%. Mas na população mais jovem já se vai tomando alguma consciência dos malefícios que é os nossos lixos para o ambiente. E cada vez mais se vai tomando consciência disso. (...)
(Entrevistado nº9, Agosto de 2013).

O programa dos painéis solares é outro aspecto salientado, sobretudo porque lança a possibilidade de alguma independência energética em relação ao exterior e também algumas vantagens para as pequenas economias domésticas.

(...) Acho que pode ser importante para outras zonas. Já falei com várias pessoas que dizem que o Corvo é talvez o único sítio do país que podia ter um projecto-piloto de 100% de energias renováveis. Vento não falta. Sol há bastante. (...)
(Entrevistado nº13, Agosto de 2013).

“(...) Quem foi abrangido nesta 1ª fase está satisfeito. Este projecto foi bem pensado. (Entrevistado nº7, Agosto de 2013)

Alguns dos entrevistados salientam também o envolvimento positivo da comunidade escolar na divulgação de muitos dos problemas ambientais e que poderá servir de estímulo para uma maior participação da população mais velha.

“(...)E depois há ao longo do ano lectivo há actividades de educação ambiental que desenvolvemos com a escola. Fazemos semanalmente ou de quinze em quinze dias com os miúdos, porque estes são os nossos grandes veículos para chegar a casa e se calhar sensibilizarem os pais e depois a comunidade por sua vez. (...)
(Entrevistado nº8, Agosto de 2013)

Em relação ao que consideram ser os aspectos mais negativos da Reserva, e que é transversal a quase todos os entrevistados, destaca-se a questão da reciclagem, o que pode parecer uma contradição, já que foi apontado como uma das facetas positivas da instituição da Reserva da Biosfera. Não obstante, essa avaliação negativa surge no seguimento dos problemas que têm decorrido de algum mau planeamento na implementação da recolha, sobretudo devido a uma questão de logística relacionada com o local de recepção dos resíduos.

Outra questão negativa que é apontada é a do pouco aproveitamento que ainda se faz da “marca biosfera”, sendo que poderia ser uma enorme mais-valia económica por exemplo na área das pescas e da agricultura.

“ (...) Para isso tinha-se que se mostrar mais. Mostrar mais os produtos a dizer que é da Biosfera. Os compradores lá fora deviam dizer que este peixe vem de tal sítio, etc. Era uma forma de rentabilizar mais o nosso pescado. É sempre dos melhores, porque é pescado num dia e no dia seguinte é feito o leilão e exportado. (...) ”
(Entrevistado nº12, Agosto de 2013).

Quanto à participação e envolvimento da comunidade em todo o processo de candidatura, há claramente uma separação de opiniões. Por um lado os actores sociais institucionais até consideram que houve uma boa adesão popular, por outro lado, há muitas pessoas que mesmo sabendo das reuniões, não participaram nelas. Por ser uma ideia que foi imposta de cima para baixo, não se sentiram muito receptivos a participar. Há muitos que defendem que deve haver uma mudança na forma como as entidades oficiais comunicaram e comunicam com a população de uma forma geral. Em substituição de palestras e reuniões, deveria haver uma maior aproximação às pessoas, uma maior interacção face-a-face. Explicar, desconstruir melhor todos os conceitos, porque as pessoas estão abertas a isso.

5.2 Conclusões

Partindo da pergunta inicial, pretendia-se analisar e compreender a forma como a comunidade corvina se relacionava com o facto de o seu pequeno espaço insular estar classificado como área protegida, mais concretamente estar definido como Reserva da Biosfera da UNESCO. Para tal foram colocadas algumas hipóteses que, de seguida, vou analisar.

Hipótese 1

Existe todo um conjunto de estratégias (económicas, culturais, ambientais) que permitem que a população por si mesmo retire o máximo proveito do facto da ilha do Corvo estar classificada como Reserva da Biosfera.

Esta hipótese talvez seja a mais difícil de confirmar, porque pressupunha uma “realidade quase irreal” em que tudo estaria a funcionar conforme o projecto apresentado e em que todas as estratégias estariam a ser totalmente implementadas. Apesar do conjunto dos meus entrevistados demonstrar interesse pelas questões da Biosfera, afirmam que muito mais pode ser feito nomeadamente com uma comunicação mais próxima das pessoas.

Hipótese 2

Coloca-se a possibilidade de haver um desinteresse profundo e generalizado por parte da população e esta não estar na disposição de estabelecer relações que potenciem o desenvolvimento da ilha, nem estar interessada nas questões ambientais num sentido mais lato.

Esta possibilidade não foi de todo confirmada, o que não surpreende pelo facto da comunidade corvina, quando bem informada dos aspectos positivos de um determinado fenómeno é uma das comunidades mais empenhadas das ilhas. Veja-se o exemplo de um local denominado como “Caneiro dos Meros”⁵⁹, em frente à Vila do

⁵⁹ http://bienal-turismosubaquatico.org/edicoes/apresentacoes/F15_Fernando%20Cardoso.pdf

Corvo, transformado na primeira reserva voluntária da ilha desde 1999 numa articulação entre os pescadores locais e a comunidade científica dos Açores.

Hipótese 3

Há um interesse pelas questões ambientais globais e entusiasmo no facto de ser Reserva da Biosfera, mas essa energia terá que ser canalizada e orientada pelas entidades oficiais de forma a potenciar a vários níveis (económico, turístico, social) uma classificação desta natureza.

Esta foi a hipótese que teve uma maior confirmação. Se a comunidade se sentir mais integrada, se existir mais comunicação institucional há todo um potencial para explorar, para impulsionar ainda mais o Corvo como laboratório natural para o futuro da Biosfera. As pessoas têm interesse pelas questões ambientais e esse interesse há que ser muito mais potenciado pelas entidades oficiais através de um trabalho de explicação e de aproximação à população. Há que contrariar a ideia de alguns dos entrevistados de que o projecto de candidatura foi uma ideia “de doutores”, segundo palavras dos próprios entrevistados, imposta de fora para dentro, e mostrando que a população local é o factor mais importante para a manutenção do espaço e sucesso futuro da ilha como Reserva.

E esse interesse demonstrado para uma participação mais activa em toda a dinâmica da Biosfera vem no seguimento da opinião de alguns dos entrevistados ao afirmar que há alguma distância entre o “poder” e o “povo”. Esta fraca participação resulta muitas vezes de se achar que é um luxo essa mesma participação e que muitos cidadãos não têm recursos, nem tempo para agir. Há uma diferença importante entre o nível de conhecimento dos técnicos e o nível de conhecimento da população comum e muitas vezes isso é um factor para esquecer a opinião dos que à partida terão conhecimentos mais limitados sobre o tema (Day, 1997).

Apesar de não ser muito clara, a questão de futuros conflitos/tensões entre os habitantes e os órgãos de gestão da ilha ficou de certa maneira latente, sobretudo da parte de quem mais depende directamente do contacto com a terra. Se se procurar ter uma intervenção mais restritiva e se não for explicada e acompanhada devidamente,

poderão surgir alguns conflitos, até porque é uma ilha pequena em dimensão e população, e isso poderá trazer constrangimentos futuros. Por exemplo no caso do sector agropecuário, eventuais limitações no uso de pastagens resultarão em conflitos e tensões.

“Pois se calhar as pessoas até perceberem quais são as razões...talvez (houvesse conflitos).Quando se diz que é proibido, é preciso explicar.” (Entrevistado nº13, Agosto 2013)

E sabe-se também que o estatuto de Reserva da Biosfera está condicionado a legislação internacional o que pode potenciar eventuais tensões/ conflitos entre dois eventuais lados da questão: o já referido sector agropecuário e a conservação da natureza (Frys, 2012).

Um estudo recente na ilha do Pico releva este potencial problema, abordando a questão da extensão das pastagens e o aumento das pressões sobre as áreas de mais-valia para a conservação da natureza e preservação da biodiversidade (Pereira,*et al*,2014).E é importante ressaltar que as limitações de recursos fazem das ilhas espaços particularmente frágeis, o que leva a que seja necessário gerir com grande equilíbrio socio-ecológico o património natural e cultural (Olmo, 2006).

Como caminhos para o futuro são apontadas a necessidade de um maior investimento na comunicação institucional e uma maior aproximação às pessoas. Será urgente também a melhor utilização do “selo biosfera” e retirar daí proveitos económicos para um futuro mais sustentável. O turismo pode surgir como uma excelente possibilidade de empregabilidade na ilha se tomada a direcção certa, quer como actividade autónoma, quer como actividade complementar a outras actividades. Há que defender o uso adequado dos recursos naturais e promover por exemplo a formação da comunidade na área do ecoturismo (Royuela, 2014). Um reforço da ligação ao mar também é defendido, através do turismo de mergulho e da criação de um centro náutico na ilha.

Em relação à investigação, e apesar dos constrangimentos, o balanço é positivo, mas ficam muitas portas abertas para futuras pesquisas. Uma linha de investigação

muito interessante serão os estudos comparativos que poderão ser efectuados entre as três Reservas da Biosfera Açorianas (Graciosa, Corvo e Flores) e perceber as diferentes visões e percepções das comunidades entre si. Sendo que no caso do Corvo e da Graciosa seria interessante fazer uma investigação mais aprofundada, pelo facto de serem ilhas de pequena dimensão, terem sido classificadas no mesmo ano e estarem sensivelmente à mesma distância dos grandes centros. Essa pesquisa comparativa até poderá ser alargada a outros arquipélagos atlânticos e tentar perceber as diferenças e semelhanças entre as comunidades sobre o que pensam das Reservas da Biosfera.

Bibliografia

Azevedo, A., Cunha, F., Quinelato, R., Madureira, D., (2010). *Consciência ambiental e comportamento do consumidor*. Universidade Federal do Rio Grande.

Barbosa, A., 2008. *As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades*. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Bensusan, N., 2006. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas*. FGV Editora.

Bonnin, M., Velut, S., 2009. *La Contribución del Concepto de Reserva de la Biosfera al desarrollo sustentable. Un enfoque comparado Francia-Chile*. IV Jornadas de Derecho Ambiental, Santiago do Chile.

Borrini-Feyerabend, G., Kothari, A., Oviedo, G., 2004. *Indigenous and Local Communities and Protected Areas*. Gland, Switzerland and Cambridge. IUCN.

Brown, J., Mitchell N., 2005. *Partnerships and Protected Landscapes: New Conservation Strategies that Engages Communities*.

Costanza, R., 2014. *Time to leave GDP behind*. Nature. Vol. 505.

Day, D., 1997. *Citizen participation in the planning process: an essentially contested concept*. Journal of Planning Literature, Vol. 11, nº3.

Dudley, N., 2008. *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland and Switzerland. IUCN.

Elliott, J., 2006. *An Introduction to Sustainable Development*. Routledge Perspectives on Development Series.

Ferreira, L., 2004. *Dimensões Humanas da Biodiversidade. Mudanças Sociais e Conflitos em Torno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil*. Ambiente e Sociedade. Vol. VII nº1

Frys, W., Nienaber B., 2012. *Protected Areas and Regional Development: Conflicts and Opportunities- Presented on the Example of the Unesco Biosphere Reserva Bliesgau*. European Countryside. Brno.

Gonçalves, R., (2010). *Insularidade e Emprego. Por uma Sociologia do Espaço de Oportunidade*. IV Congresso Português de Sociologia.

Hammer, T., 2007. *Protected Areas and Regional Development: Conflicts and Opportunities*. Aldershot, Hampshire, England: Ashgate Publishing Limited.

Lages, G., 2000. *Situação das Flores e do Corvo nos séculos XVI e XVII*. Lisboa. Arquipélago-História 2ª Série IV nº2.

Leal, A., 2010. *Paul da Pedreira do Cabo da Praia. Contributo das percepções ambientais para a sua preservação*. Universidade dos Açores. Departamento de Ciências da Educação.

Litke, S., 1998. *National Parks: Their Origins and Development*. Consultado no site www.breconbeacons.org.

Meadows, D., Meadows D., Randers J., 1993. *Além dos Limites- Da Catástrofe Total ao Futuro Sustentável*. Lisboa: Difusão Cultural.

Medeiros, C., 1987. *A Ilha do Corvo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mendonça, E., 2012. *Serviços dos Ecossistemas na Ilha Terceira: estudo preliminary com ênfase no sequestro de carbono e biodiversidade*. Universidade dos Açores. Departamento de Ciências Agrárias.

Mose, I., Weixlbaumer, N., 2007. *A New Paradigm for Protected Areas in Europe? Protected Areas and Regional Development in Europe: Towards a New Model for the 21st Century*. Aldershot: Ashgate Publishing Limited.

Olmo, R., 2006. *Desarrollo Sostenible, Insularidad Y Gobierno del Territorio: La Experiencia del PTI de Menorca*. Bolétin de la A.G.E. nº41, Universidade Autónoma de Madrid.

Pereira, M. et. al (2014). *Conflitos territoriais em áreas protegidas de pequenas ilhas: a “ilha montanha” do Pico (Açores – Portugal)*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 5. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

Philips, A., 2003. *Turning Ideas on their heads: a new paradigm for protect areas*. George Wriqth Forum.

Pires, I., Craveiro, J., 2011. *Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a emergência dos Riscos Ambientais*. Lisboa: Apenas Livros

Quivy, R., Campenhoudt, 2008, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rockström, J., W. Steffen, K. Noone, Å. Persson, F. S. Chapin, III, E. Lambin, T. M. Lenton, M. Scheffer, C. Folke, H. Schellnhuber, B. Nykvist, C. A. De Wit, T. Hughes, S. van der Leeuw, H. Rodhe, S. Sörlin, P.K. Snyder, R. Costanza, U. Svedin, M. Falkenmark, L. Karlberg, R. W. Corell, V. J. Fabry, J. Hansen, B. Walker, D. Liverman, K. Richardson, P. Crutzen, and J. Foley, 2009. *Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity*. Ecology and Society 14.

Rocha, G., Rodrigues, J., Madeira, A., Monteiro, A., 2005. *O Arquipélago dos Açores como Região de Fronteira*. Revista Arquipélago. História. 2ª Série. IX.

Rodrigues, V., 2009. *Desenvolvimento Sustentável-Uma introdução crítica*. Parede: Príncípia Editora.

Royuela, J., 2014. *Foresight Scenario Building and Multi-Criteria Appraisal to Inform Sustainable Development in Small Islands*. Centre for Human Geography, School of Health Sciences and Social Care, Brunel University.

Sachs, I., 2002. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Editora Garamond.

Santos, R., Tempera, F., 2003. *A Investigação e a Conservação no Mar dos Açores*. Universidade dos Açores. Departamento de Oceanografia e Pescas.

Schmidt, L., Valente, S., 2004. *Factos e opiniões: uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável*, in *Ambiente e Desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt, L., Nave, J. G., Guerra, J., 2005. *Autarquias e desenvolvimento sustentável-Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Lisboa: Fronteiras do Caos.

Soromenho-Marques, V., 1998. *O Futuro Frágil- Os desafios da crise global do ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Trajano, E., 2010. *Políticas de Conservação e Critérios Ambientais: princípios, conceitos e protocolos*. Gestão e Estudos Ambientais. Estudos av. vol.24 no.68, São Paulo.

Wass, T., Hugé, J., Verbruggen, A., Wrigth, T., 2011. *Sustainable Development: A Bird's Eye View*. Sustainability, 3.

Wilkie, D., Morelli, G., Demmer, J., Starkey, M., Telfer, P., Steil, M., 2006. *Parks and People: Assessing the Human Welfare Effects of Establishing Protected Areas for Biodiversity Conservation*. Conservation Biology. Vol.20, nº1.

Williams, C., Millington, A., 2004. *The diverse and contested meanings of sustainable Development*. The Geographical Journal, Vol. 170, nº2.

Viola, E.,1995. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo.

Recursos Electrónicos

Agência Portuguesa para o Ambiente

http://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf

<http://www.emepc.pt/images/stories/site2013/docsdivulgacao/fichapepc.pdf>

Azorean Refugee Act

http://pt.wikipedia.org/wiki/Azorean_Refugee_Act

Câmara Municipal do Corvo

<http://www.cm-corvo.pt/pdf/ot/pooc.pdf>

<http://www.cm-corvo.pt/pdf/ot/prota.pdf>

Câmara Municipal da Golegã

<http://www.cm-golega.pt/concelho/turismo/item/194-paul>

Câmara Municipal de Peniche

<http://www.cm-peniche.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=976be7cd-98f9-429a-9d7e-e901104444dc>

Centro de Vulcanologia dos Açores

<http://www.cvarg.azores.gov.pt/legislacao/Paginas/DLR44-2008.aspx>

Cites

<http://www.cites.org/>

Comissão Nacional de Eleições

http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/legis_eparaa_2012.pdf

Convenção para a Diversidade Biológica

<http://www.cbd.int/cop10/>

<http://www.cbd.int/convention/articles/default.shtml?lg=0&a=cbd-00>

European Social Science History Conference

<http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=9&pap=5400>

Fundação Europarc

<http://www.europarc.org/home>

Governo Regional dos Açores

<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srrn-dra/textoImagem/Reservas+da+Biosfera+das+Ilhas+Graciosa+e+Corvo.htm>

http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/E3CF392B-07E3-4CEB-85A1-8752D2FDFECB/432228/DLR_26_2010_A.pdf

ICNF

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/resource/doc/mab/rel-mab-12-13-en>

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/bona>

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/berna>

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/dir-ave-habit>

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>

IUCN

www.iucn.org

http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/pas_gpap/

http://cmsdata.iucn.org/downloads/protected_planet_report.pdf

Jornal Açoriano Oriental

<http://www.acorianooriental.pt/noticia/centro-de-processamento-de-residuos-do-corvo-e-o-terceiro-a-entrar-em-operacao-nos-aco-es>

Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores

<http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2011/S%C3%A9rie+I+N%C2%BA+63+de+28+de+Abril+de+2011/Portaria+N%C2%BA+27+de+2011.htm>

<http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2011/S%C3%A9rie+I+N%C2%BA+63+de+28+de+Abril+de+2011/Portaria+N%C2%BA+27+de+2011.htm>

ONU

<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

<http://www.unric.org/pt/>

<http://www.unric.org/html/portuguese/joanesburgo/CIMEIRA - 16.pdf>

<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>

<http://unfccc.int/2860.php>

<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>

Projecto GreenIslands

<http://www.green-islands-azores.uac.pt/>

Ramsar

http://www.ramsar.org/cda/en/ramsar-home/main/ramsar/1_4000_0

Renováveis magazine

<http://www.renovaveismagazine.pt/?p=4757>

Reserva Biosfera Gerês-Xeres

<http://www.reservabiosferageresxures.com/indexpt.html>

Reserva da Biosfera de Santana-Madeira

<http://santanamadeirabiosfera.com/pt/>

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores

<http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/ilha-corvo/Reservas-da-biosfera-corvo.pdf>

<http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/ilha-graciosa/intro.html>

<http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/ilha-flores/intro.html>

<http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/corvo/parque-natural>

Serviço Regional de Estatística dos Açores

http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=29&ids_c=3144&lang_id=1

SPEA

<http://life-corvo.spea.pt/fotos/editor2/7.4.pdf>

Unesco

<http://www.unesco.org/mab/doc/brs/BRList2010.pdf>

<http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/redes-unesco/rede-portuguesa-de-reservas-da-biosfera.html>

Unesco Brasil

http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp

http://www.rbma.org.br/mab/pdf/estrategia_sevilha.pdf

Unicef

http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf

Universidade dos Açores

<http://www.horta.uac.pt/ppl/tmorato/pdf/PlanoCorvo.pdf>

Wikipedia

http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21

http://wikitravel.org/pt/Caminhar_no_Corvo#b

Anexos

Anexo 1

Caracterização dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Grau de Escolaridade
1	Feminino	14 anos	8ºano
2	Feminino	45 anos	12ºano
3	Feminino	40 anos	12º ano
4	Masculino	48 anos	12º ano
5	Masculino	30 anos	Licenciado
6	Masculino	50 anos	12º ano
7	Masculino	42 anos	12º ano
8	Masculino	50 anos	Licenciado
9	Feminino	48 anos	9º ano
10	Masculino	50 anos	4º ano
11	Masculino	65 anos	4º ano
12	Masculino	43 anos	6º ano
13	Masculino	45 anos	12º ano
14	Masculino	23 anos	12º ano
15	Feminino	26 anos	Licenciada
16	Feminino	70 anos	4º ano

Anexo 2

Análise de conteúdo (Aspectos positivos e negativos da Reserva da Biosfera)

Entrevistados	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
1	Birdwatchers; turistas deixam dinheiro na ilha; envolvimento da escola com a fauna e flora; painéis solares; trabalho da SPEA; importância de pertencer a uma reserva e de contribuir para um desenvolvimento sustentável;	Repetição anual das acções; questão da lixeira e atraso no processo;
2	Dar a conhecer ao resto do mundo;	A reciclagem não estar a funcionar;

	mais turismo; centro de resíduos; pode ser laboratório para outros locais; projecto SPEA;	
3	Mais grupos de turistas; SPEA; reciclagem; painéis solares; protecção das espécies; selo marca biosfera;	-----
4	É bom, mas as pessoas idosas ainda não estão bem despertas; os mais novos estarem mais atentos; painéis solares (acelerou o processo); reciclagem; birdwatchers;	Pouca comunicação; poucas pessoas ainda a aproveitarem a marca; as pessoas ainda não sentem a biosfera como sua, leva tempo;
5	Birdwatchers; apesar de tudo as pessoas estão mais despertas para as questões ambientais; reciclagem;	As pessoas não sabem o que é a biosfera; lobbies de pressão (lavradores); falta de exploração da marca, do selo biosfera;
6	Sobre a biosfera não tem ainda o impacto que devia ter; SPEA; tratamento dos lixos; benefício da marca biosfera; turismo ecológico;	Questão da limpeza; falta de comunicação; para o queijo local a marca biosfera ainda não foi bem explorada; por vezes acha que a população já esqueceu o que é a biosfera; problemas da fiscalização nas terras pequenas;
7	Para já não há grandes interdições; turismo; carimbo biosfera; painéis solares;	Quando for para levar a sério, se calhar...; falhas na reciclagem;
8	Relação do corvino com a preservação da biodiversidade; respeito pelas zonas de reserva sobretudo pescas; educação ambiental; abertura de mentalidades; reciclagem; painéis solares-projecto pioneiro; mais turismo;	Reciclagem e falhas no processo de selecção de resíduos;

9	Mais turismo; benefício para a terra; reciclagem; mais novos mais sensibilizados; painéis solares;	-----
10	Grande vantagem para a terra; projecto para ficar;	Há algum controle nas pastagens, mas aceitável; uso de plásticos, etc; Se amanhã houver limitações será um processo difícil;
11	Reciclagem; painéis solares;	Ainda há que mudar mentalidades;
12	Criação de reservas é bom; é uma zona de protecção; para os peixes; evita-se a pesca mais predatória; reciclagem;	Há pouca divulgação do selo biosfera que podia ser uma mais-valia para a pesca; a reciclagem não estar a funcionar como devia;
13	Importância do logo Biosfera; talvez o turismo e mais pessoas a fazer trilhos; SPEA; se bem explicado as pessoas aderem como no caso da reciclagem e protecção de algumas plantas; painéis solares; reciclagem;	-----
14	Reciclagem; trilhos pedestres;	Reciclagem; má exploração do queijo;
15	Birdwatchers; envolvimento com a escola em diversas actividades;	Problemas com as recolhas do lixo; falta de guias para os trilhos; falta de orientação para aproveitar o carimbo biosfera; falta de interesse das pessoas nas palestras;
16	Boa para a ilha; reciclagem;	Às vezes a minha geração não aceita as mudanças, mas terá que ser;

Anexo 3


Percepções/ Visões sobre o presente e o futuro/ Modos de participação e relações institucionais

Entrevistados	Percepções sobre questões ambientais	Modos de Participação no Processo/Relações com as instituições	Percepções e caminhos para o futuro
---------------	--------------------------------------	--	-------------------------------------

1	Energias renováveis ajudam a fechar o buraco do ozono; derretimento das calotas polares;	Corvinos podiam ser mais interessados; ainda não sentem como sua; necessidade de mais palestras e mais acções de sensibilização;	Mais trilhos; mais divulgação; mais publicidade;
2	Fala-se mais em desenvolvimento sustentável; poluição; reciclagem;	Não se lembra se houve reuniões; soube pela tv; ideia de fora para dentro; acha que as pessoas estão empenhadas;	-----
3	Já se interessava de uma maneira geral pelas questões ambientais;	Se houve reuniões não participou; ideia de fora para dentro; A comunicação melhorou muito; é um processo irreversível;	Explorar o turismo mais ligado ao mar (mergulho; pesca artesanal); caminhadas
4	Vai colaborando na reciclagem;	Acha que houve reuniões; processo de fora para dentro; há palestras, mas pouca participação; acha que há pouca comunicação institucional;	Centros de mergulho;
5		Indiferença antes e depois de ser biosfera; falta de participação; falta de comunicação;	São necessárias mais contrapartidas para haver maior adesão, para gerar mais-valias;
6		A população envolveu-se, mas ainda não tem a noção dos benefícios; há falta de comunicação; devia haver maior proximidade das entidades;	Apostar mais na marca biosfera; trilhos; mais limpeza da vila
7	Interessa-se pelas questões; faz reciclagem;	Houve vários plenários; houve grande entusiasmo e envolvimento no início do processo de separação dos resíduos; há que	Mais alojamento com a recuperação da parte antiga; acções mais pedagógicas; explicar;

		haver mais sensibilização e divulgação;	
8		A população vê como positiva, mas há que fazer um trabalho constante de informação e orientação; houve e há palestras; projecto sos cagarro e ecoescola;	Aproveitar muito mais a classificação; turismo sustentável; turismo de natureza;
9		Houve palestras, reuniões, mas não se interessou muito; acha que houve pouca divulgação; eles doutores, nós o povo; Há que haver mais divulgação; as pessoas estão interessadas mas tem que haver uma maior aproximação, explicar melhor; conversas abertas e simples;	Maior clareza da divulgação e explicações dos projectos;
10		Não se lembra se houve palestras; agora há mais informação, pessoas mais empenhadas;	Mais informação;
11		É necessária uma mudança de mentalidades para se dizer que se está na biosfera; houve reuniões mas com pouca participação; um processo de fora para dentro;	Os biólogos dizem que não há muitos lugares que tenham peixe como o Corvo;
12		Houve reuniões;	Mais divulgação do selo biosfera; caminhos mais limpos; aposta no turismo náutico e de mergulho; mais infraestruturas de acolhimento de turistas;
13	Muito empenhado; sempre se interessou pelas temáticas do	Houve reuniões públicas; a informação foi boa; quem não foi, foi	Mais campanhas de divulgação a explicar os porquês de ser assim; Corvo como laboratório de energias

	ambiente;	porque não quis;mas devia haver mais envolvimento das pessoas;	renováveis a 100%; aproveitar o queijo e o leite biológico com selo biosfera; a nova geração vai aproveitar mais o projecto se divulgado;
14		Não tem noção de como correu, se houve reuniões; a comunicação não funcionou; só soube quando chegou à tv; de fora para dentro; actualmente acha que as pessoas estão pouca envolvidas;	
15			Centro de mergulho; explorar trilhos;
16		Não sei se houve reuniões, estou mais em casa;	

Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos		
Aluno: Paulo Alexandre de Carvalho Henriques Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Iva Miranda Pires		
Data:	Hora:	Entrevista nº

No âmbito da minha tese de mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, estou a estudar a relação dos habitantes corvinos com a classificação da ilha como reserva da biosfera. O objectivo destas entrevistas é o de avaliar a percepção que os habitantes têm desta classificação como Reserva da Biosfera. (percepções e representações sobre a ilha)

1-Percepções e representações sobre a ilha

Gostaria que me falasse da forma como pensa e o que pensa desta sua ilha do corvo. Se gosta de cá viver? Como é que compara a vida no Corvo com a vida nas outras ilhas?

2-Transformações

Que tipo de transformações sociais é que tem notado nos últimos anos no Corvo? Transformações na economia, no ambiente, no emprego, turismo.

3-A Biosfera (avaliação do grau de conhecimento /percepção sobre questões ambientais)

Já ouviu falar da Reserva da Biosfera? O que pensa sobre isso? Aspectos positivos, negativos. Como é que essa classificação tem alterado a vida na ilha? (falar dos painéis solares, da lixeira, da spea)

E de outras questões ambientais como o Desenvolvimento Sustentável e as Alterações Climáticas ou a poluição dos oceanos? Saber se há algum interesse nestas questões.

4-Processo de candidatura (percepção e avaliação do processo)

Quer contar-me como é que decorreu o processo? Na sua opinião... Como é que os corvinos foram envolvidos no processo? Sente que foi imposto de fora para dentro? Acha que há empenhamento dos corvinos? Sentem-na como sua?

E as relações com as instituições? Há uma relação próxima com as pessoas? Como funciona a comunicação?

5-Impactos na vida da população

O que acha que trouxe de positivo? E de negativo? Há conflitos? Tem havido um impacto na economia local? (turismo, observadores de pássaros).

Fazer parte de uma reserva é importante para o planeta mais sustentável?

6- Conclusão

Apontar caminhos para o futuro.

Como é que população poderia participar neste processo? Que sugestões tem para o futuro? Melhorar? Voltar atrás? Ou nem era preciso tanto?

E sente-se mais desperto e interessado nestas questões ambientais?